



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Acta n.º 15/2004

ACTA DA 2ª REUNIAO DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2004 **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e quatro**, pelas catorze horas e cinquenta minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e Secretariada por José Manuel Tudela e Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, respectivamente 1º e 2º Secretários, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

I – ORDEM DO DIA-----

PONTO 2 - Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2005-----

PONTO 3 - Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Contracção de Empréstimos de Curto Prazo para o Ano Económico de 2005-----

PONTO 4 - Projecto de Tabela de Taxas e Tarifas para o Ano de 2005-----

PONTO 5 - Projecto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais-----

II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada do **PS**:-----

- O Deputado Municipal **António Zózimo Vieira**, por **Abel Carvalho Bernardo**;-----
- O Deputado Municipal **Francisco Lourenço Silva** por **Vítor Egídio Espada Campos**.-----

Na bancada do **PSD**:-----

- A Deputada Municipal **Paula Susana Nobre**, por **Isabel Nascimento Bodião**;-----
- O Deputado Municipal **Pedro Martins**, por **Susana Cristina Alves Pedro**.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Na bancada da **CDU**:-----

- Deputado Municipal **Fernando Lourenço Baptista**, por **Adventino Pinheiro Amaro**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de **39** Membros da Assembleia Municipal.-----

Registou-se a ausência da Deputada Municipal **Raquel Rodrigues**, pela bancada da **CDU**, que foi devidamente justificada.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Manuel Porfírio Vargês e 7 dos Vereadores que compõem o executivo camarário, registando-se as ausências dos Senhores Vereadores, António Antunes, Carlos Bodião e Carlos Lérias.-----

Havendo quorum, a **Senhora Presidente** deu então início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada.-----

PONTO 2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2005-----

Presente para deliberação, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2005, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 3ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 06.12.2004, que seguidamente se transcreve:-----

-----“PREÂMBULO-----

-----|-----
Aos Municípios, como órgãos eleitos da Administração Local, cabe-lhes um papel fundamental na resolução concreta dos problemas dos nossos cidadãos ao nível das suas necessidades individuais e de qualidade de vida no espaço do nosso território, onde vivem, onde muitos já trabalham, e para muitos que nos visitam. Face às dificuldades financeiras que se manifestaram em 2004 para a generalidade dos municípios portugueses e às perspectivas ainda pouco optimistas para uma eventual retoma para 2005, tivemos que optar por definir prioridades para a afectação dos recursos esperados, que serão sempre escassos, já que



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

não podemos nem queremos inflacionar as Receitas Municipais. Por isso tivemos que definir prioridades para afectar os nossos recursos. -----

Desde logo os Custos Correntes, e como primeira prioridade, a satisfação dos vencimentos e encargos sociais e dos restantes custos administrativos afectos ao funcionamento do município como rendas, electricidade, telecomunicações, transportes e logística, seguros, limpeza e segurança de instalações, consumíveis, etc. Depois tivemos que assegurar a vertente social da nossa actividade nomeadamente nas áreas de apoio à educação, juventude, deficientes e idosos, educação para a saúde e habitação social. Tal como pretendemos manter e reforçar os nossos apoios aos clubes, colectividades, associações, instituições particulares de solidariedade social, que nos últimos dois anos têm sofrido dificuldades que queremos ajudar a superar. Sem esquecer as transferências para as Juntas de Freguesias para o cumprimento do Protocolo que viram reforçadas as suas verbas em cerca de 10%, face a uma primeira actualização que procedemos do pessoal afecto à manutenção das zonas verdes e do espaço público e ainda o retomar das verbas inicialmente afectadas a obras ao abrigo do art.º 27º, desde o tempo da Comissão Instaladora e que este ano de 2005 fixámos, para já, em dois terços desse valor habitual. E finalmente as transferências para as nossas três Associações de Bombeiros Voluntários. -----

Estamos claramente num processo de mudança e de transformação, nestes últimos dois anos, que nos tem obrigado a grandes sacrifícios e nos tem criado imensas dificuldades e, por isso, vivemos tempos em que os esforços têm de ser partilhados, devendo o Estado ser parte fundamental, o que infelizmente não está mais uma vez a suceder em 2004, e não acontecerá em 2005, já que, ao nível do PIDDAC, e dos Contratos-Programa já contratualizados não tiveram a resposta que todos desejávamos já que os apoios são praticamente inexistentes. Tal como temos que continuar a contar com os particulares e a sociedade civil, os promotores e urbanizadores e as comunidades locais, para que, em conjunto, possamos melhorar o desenvolvimento do nosso tecido urbano e a criação de melhores oportunidades e espaços para ocupação, convívio, lazer e encontro. Queremos estabelecer, neste novo município, uma nova relação de proximidade e, para isso, teremos que nos reencontrar uns com os outros, numa nova identidade local, com vida própria, onde nos possamos fixar cada vez mais e atrair actividades, emprego e desenvolvimento social. -----

Para isso contamos com um bom nível de realização do PROQUAL face aos contratos já homologados pelo Governo nesta matéria, e que se encontram já em execução, e a outros Projectos que temos vindo a aprovar em Reunião de Câmara e que pensamos iniciar ou adjudicar brevemente. -----

Compreendemos que para dar resposta adequada a uma população que se vai tornando cada vez mais exigente para com os seus autarcas, face às expectativas que lhes vão sendo legitimamente criadas, se torna um desafio que nos obrigará, em 2005, a uma redobrada dedicação e imaginação, num quadro em que os recursos, se escassos eram, mais escassos poderão vir a ser em 2005, acrescida de uma cada vez maior imprevisibilidade das Receitas Correntes, à escassez das transferências do Orçamento do Estado,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

com aumentos que não cobrem sequer a inflação, e à já referida falta de apoios ao nível do PIDDAC e à conjuntura económica que o País atravessa e leva à retração do consumo e do investimento. -----

Ao nível do Ambiente é conhecida a nossa candidatura apresentada ao Instituto Nacional da Água de cerca de 3.000.000 de Euros para a limpeza das nossas linhas de água de que esperamos resposta, não deixando, no entanto de afectar algumas verbas para esse efeito que resultem do esforço que possa ser pedido ao Município face à aprovação, no todo, ou em parte, dessas candidaturas. -----

Sendo assim claramente insuficientes e, além do mais, imprevisíveis os recursos colocados à disposição dos municípios, fruto de uma injusta contenção e austeridade para quem, como nós, mais e melhor sabe aplicar os meios ao serviço das populações que serve, a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2005 exigiram de nós, tal como aconteceu já em 2004, o desconforto enorme de termos que ser rigorosos e contidos no estabelecimento de prioridades e opções no planeamento das nossas actividades, iniciativas e projectos de investimentos municipais, responsabilidade que o Presidente da Câmara naturalmente terá de assumir em primeira linha. Não podemos pois deixar de reavivar que este Município, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses deram parecer desfavorável ao Orçamento Geral do Estado para 2005 e ao baixo nível de participação dos Municípios Portugueses ao nível da distribuição do PIDDAC, tal como reafirmámos a nossa discordância sobre os critérios de austeridade, contenção e poupança de recursos que nos são exigidos, e que não é imposta à Administração Central do Estado, o que, uma vez mais em 2005, colocará em causa os superiores interesses das populações que nos propusemos servir e os compromissos locais que cada um de nós foi assumindo. -----

Mais uma vez, neste ano de 2005, tal como já havia acontecido em 2004, contra a vontade expressa dos autarcas eleitos, tiveram que ser estes os princípios orientadores que condicionaram a Proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2005 do Município de Odivelas, que aqui vos apresento, na certeza de que, tal com eu, não nos revemos, por certo, no resultado final do que gostaríamos que fossem as actividades, iniciativas e projectos de investimento municipais, que melhor serviriam os interesses da nossa comunidade. Este não é certamente o Plano e Orçamento que todos gostaríamos de ter. -----

-----||-----

O ano de 2004, tal como o tinha sido já 2003, e o final de 2002, foram marcados por um grande esforço de todos para satisfazer compromissos assumidos e concluir um grande conjunto de projectos que transitaram, em curso, de anos anteriores. Infelizmente, o final de 2004, acabou por ser também marcado por dificuldades inesperadas, tal como tinha acontecido em 2003, provocadas pela quebra de cerca de 7 milhões de Euros nas nossas Receitas da Sisa, relativamente ao ano anterior, que já tinha sido suficientemente baixo, em cerca de 10.000.000 de Euros relativamente a 2001 (ano base), o que perturbou o normal desenvolvimento da actividade municipal, em virtude das medidas restritivas que tivemos de assumir face às dificuldades criadas pelo Governo aos Municípios Portugueses, em sede da Proposta de Orçamento de Estado para 2005, em debate e discussão na Assembleia da República. Todos fizemos um



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

esforço de contenção e de austeridade nos gastos, o que me apraz registar e que nos permitiu ter reduzido cerca de 12 milhões de euros o nível da nossa despesa corrente e de investimento. No entanto, fruto da continuação do abaixamento das Receitas, que já referimos, especialmente ao nível da antiga Sisa, não foi possível diminuir de forma tão significativa como desejaríamos, as nossas dívidas com terceiros, bem como os compromissos que transitarão ainda para o ano de 2005. -----

Apesar de tudo, foi possível apresentar, para vossa apreciação e posterior execução, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento que, retirando os cerca de 19 milhões de Euros de projectos participados, nomeadamente pelo PROQUAL, e os 10 milhões de Euros que continuamos anualmente a exigir como ressarcimento da instalação do Município de Odivelas, ronda, em termos líquidos, face a estas deduções, os 75 milhões de Euros, superior aos valores do ano anterior, pela expectativa de arrecadação de Receitas Extraordinárias. -----

Para além das prioridades referidas no início desta minha apresentação, tal como em anos anteriores, continuam consubstanciadas nestes documentos previsionais para 2005 os seguintes objectivos gerais: -----

- Melhorar as condições de acessibilidades, circulação e estacionamento; -----
- O sustentável do crescimento urbano, de forma a melhorar a mobilidade dos cidadãos, em particular, e a qualidade de vida das populações, em geral; -----
- Proceder à requalificação urbana e ambiental das nossas freguesias, com especial ênfase para a reabilitação dos centros históricos e a conservação e manutenção do nosso património histórico e cultural; -----
- Promover a recuperação e legalização das AUGI's; -----
- Criar condições para que no Município possa promover o surgimento de novas empresas, e a conseqüente criação de novos empregos e a fixação das pessoas ao território; -----
- Melhorar os níveis de segurança das populações, através do apoio municipal aos Bombeiros e de parcerias com as forças de segurança; -----

-----III-----

Sendo, nas sociedades actuais, os meios e recursos financeiros cada vez mais escassos, face às necessidades e exigências da nossa comunidade, impõe-se-nos potenciar formas de intervenção e de parceria que multipliquem o efeito dos nossos recursos numa relação conjugada e mais estreita: -----

- Entre os diversos órgãos autárquicos das Freguesias, Câmara e Assembleia Municipal para melhor se definirem prioridades de intervenção e se potenciarem as várias capacidades; -----
- Com as Instituições culturais, desportivas, recreativas e sociais, na promoção conjunta, participada e partilhada das iniciativas que cada um vai promovendo; -----
- Com as Juntas de Freguesias e Associações de Moradores, no desenvolvimento de projectos que promovam infra-estruturas e requalificação urbana em áreas consolidadas ou a legalizar e recuperar; -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- Com as Empresas Municipais e as Escolas na gestão de equipamentos culturais e desportivos e na prestação de serviços às populações; -----
- Com a Administração Central, promotores, urbanizadores e agentes económicos na promoção de investimentos em equipamentos e infra-estruturas essenciais ao nosso território, na promoção de habitação social e de projectos participados para a requalificação urbana e ambiental do nosso Concelho; -----

-----IV-----

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2005 prevêem um total de Receitas e Despesas de 103.762.000,00 Euros, sendo que, como atrás se referiu, 24.000.000,00 Euros estão consignados a Projectos Participados sendo 19 milhões Euros do PROQUAL e os restantes 5 milhões de outras participações, quer a nível Comunitário, Junta Metropolitana, PISER, POSI, PRODEP, pelo IGAPHE e outros fundos do Estado. -----

Para além destes 24.000.000,00 Euros, outros 10.000.000,00, referem-se à reivindicação anual do valor que entendemos legalmente devidos a este Município, como apoio financeiro do Governo à instalação de novos Municípios. -----

Em termos líquidos, retirando estas duas rubricas excepcionais, o Total da Receita e de Despesa deste Plano e Orçamento fica-se pelos cerca de 74.762.000,00 Euros, superior, em cerca de 8.000.000,00 Euros, à previsão inicial do Orçamento de 2004, por força da necessidade premente de se efectuarem investimentos ao longo dos próximos anos, face à arrecadação que referimos de algumas Receitas de carácter extraordinário. -----

No Capítulo das Receitas 57.000.488,00 Euros são Receitas Correntes, mantendo-se a inclusão do ressarcimento pelo Estado de cerca de 7.000.000,00 de Euros, fruto do abaixamento das Receitas de Sisa em 2003, conforme compromisso assumido com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Nas Receitas correntes incluem-se 2.500.000,00 Euros relativos à venda de habitação social, quer a que nos foi transferida do IGAPHE (são considerados bens recebidos para venda). -----

As Receitas de Capital totalizam 46.761.512,00 Euros onde se inclui como Vendas de Investimento: -----

Venda de Habitação Municipal – Outros	1.500.000,00 Euros -----
Loteamento da Quinta da Memória	1.000.000,00 Euros -----
Loteamento da Arroja e Arinto – Venda Livre	4.000.000,00 Euros -----
Outros Lotes do domínio privado da Câmara	1.500.000,00 Euros -----

Nas Transferências de Capital, que totalizam 27.883.336.94 Euros, incluem-se:-----

- As verbas do Orçamento do Estado; -----
- Os cerca de 19.000.000,00 Euros da participação nos investimentos do PROQUAL; -----
- Os 9.975.957,94 Euros do ressarcimento dos custos de instalação do Município; -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- *Outras transferências contratualizadas com a Administração Central ou outros organismos do Estado.---
Do total das Despesas 53.529.933,13 Euros são Despesas Correntes, cumprindo-se assim o preceito legal de terem um valor inferior às Receitas Correntes que atingem 57.000.488,00 Euros. -----
As Despesas de Capital somam 50.232.066,87 Euros, reflectindo a impossibilidade de recurso ao financiamento para investimentos municipais, imposta pela Lei do Orçamento do Estado para 2004, o que se vai reflectir negativamente no nível do investimento e de projectos infra-estruturantes fundamentais para o Concelho obrigando por isso a afectar valores, com algum significado, de Vendas de Bens de Investimento como forma de financiamento próprio. -----
As dificuldades que nos são uma vez mais criadas pelo Governo reflectem-se neste Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2005 num conjunto de oportunidades perdidas para uma melhoria mais significativa do nosso crescimento e do nosso desenvolvimento, mas representam um esforço da nossa parte, para apesar de tudo, cumprir as orientações do Governo, em matéria orçamental, que mereceram o voto desfavorável unânime dos autarcas representados na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, independentemente das suas orientações político-partidárias. -----
De salientar, por fim, que este ano foi já possível incluir nas Receitas a parte do Município para suportar os custos com os Investimentos previstos no PROQUAL, já que o Tribunal de Contas visou o competente processo de financiamento que lhe foi enviado em finais do ano passado. Este financiamento, já contratualizado, é fundamental para realizar os cerca de 20.000.000,00 Euros de investimentos incluídos nestas Grandes Opções do Plano para 2005.”-----*

O documento supra mencionado encontra-se arquivado por original, na pasta da presente reunião, fazendo parte integrante da acta.-----

Pela **Senhora Presidente** foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do ponto supra mencionado.-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Deputados Municipais:-----

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, realizando uma intervenção que converteu em declaração de voto e que se encontra transcrita no local próprio;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, cuja intervenção também converteu em declaração de voto e que se encontra transcrita no local próprio;-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, realizando uma intervenção que também converteu em declaração de voto e que se encontra transcrita no local próprio;-----

Maria de Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, cuja intervenção também converteu em declaração de voto e que se encontra transcrita no local próprio.-----

João Lourenço Carvalho, pela bancada do **PSD**, realizou a seguinte intervenção:-----

“É evidente que o Partido Socialista repita na sua intervenção as frases que estão no preâmbulo, é natural e isso não tem nada de especial e, portanto, não é sobre isso que eu me vou referir. Mas vou-me referir a alguns aspectos do preâmbulo e que me surgiram naturalmente da sua leitura.-----

Quero desde já referir, Senhora Presidente, não vejam nisto qualquer intuito de menosprezar o trabalho que é feito, quer pelos autarcas eleitos... (o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e também principalmente os seus funcionários camarários). Penso que o nosso Município tem dos melhores funcionários a nível autárquico que há, não pedimos meças a ninguém em termos de funcionários municipais. Portanto, fique já muito claro, quero fazer esta ressalva, aquilo que eu vou dizer tem um intuito pura e simplesmente de tentar melhorar um bocado o aspecto exterior das coisas. Tanto mais, que é uma questão que não é substantiva, é uma questão adjectiva, mas que eu já agora queria referir. Porque eu, ao ler o preâmbulo, tropecei aqui numa frase com a qual já tinha tropeçado o ano passado, que é esta história “o desconforto enorme de termos que ser rigorosos e contidos no estabelecimento de prioridades e opções”. Pronto ! Já referi o meu desconforto por ler este desconforto, porque penso que ser rigoroso e contido, não é uma questão de desconforto, penso que é uma opção de trabalho. Mas isto levou-me a pensar porque é que uma frase destas estava neste ano, quando já estava no ano passado. Então, fui buscar o preâmbulo do ano passado e vi que, efectivamente, o preâmbulo deste ano do Orçamento é um decalque do preâmbulo do ano passado. São períodos, parágrafos completos vazados para o preâmbulo deste ano. E eu penso que, também um bocadinho de criatividade nesta área não ficava nada mal para um documento destes, que é o documento principal com que se vai trabalhar no Município em 2005.-----

E depois, em relação a isso, acabei por ficar com uma dúvida, que é aqui no último parágrafo, porque já o ano passado estava um parágrafo semelhante, com o qual diz... peço desculpa, vou referir... “De salientar, por fim, que este ano foi já possível incluir nas Receitas a parte do Município para suportar os custos com os Investimentos previstos no PROQUAL, já que o Tribunal de Contas visou o competente processo de financiamento que lhe foi enviado em finais do ano passado. Este financiamento, já contratualizado, é



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*fundamental para realizar os cerca de 20.000.000,00 Euros de investimentos incluídos nestas Grandes Opções do Plano para 2005 “. Portanto, isto ficou-me aqui a dúvida que é o seguinte:-----
Tanto em 2003 como em 2004, houve um processo de financiamento visado com vista ao PROQUAL pelo Tribunal de Contas ? Ou o decalque foi ao ponto de repetir uma coisa que não devia ter sido repetida ?-----
Isto, de facto, envolve aqui a minha ignorância nestas coisas, e por isso também a minha dúvida. Enfim, fica aqui este pedido de esclarecimento, e já agora também quero dizer que este Preâmbulo acaba datado de 2 de Dezembro de 2005, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Vargas. Digo que isto é que é ter fé nas próximas eleições autárquicas.-----*

Agora, finalmente vou referir as duas ou três questões que gostaria de salientar, em relação às Grandes Opções do Plano. Quando se abre as Grandes Opções do Plano... Pronto! Aquelas pessoas que têm algumas coisas, porque têm lutado... e porque gostariam de ver realizadas é como um bocadinho... ainda por cima nesta época de Natal... como ver o que é que o sapatinho nos traz, através da Câmara Municipal. Efectivamente, de algumas questões que eu gostaria imenso de ver realizadas no Concelho de Odivelas, mais uma vez não foram contempladas nesse sapatinho. Uma delas é, evidentemente, o Centro de Recolha e Tratamento de Animais ou o Canil, como lhe quiserem chamar. Eu já o ano passado tinha dito que não era preciso fazer nenhuma ginástica orçamental para começar a arranjar dinheiro para isto. E mais uma vez este ano, verifico que há verbas suficientes, elas estão nas acções de sensibilização para protecção de animais domésticos, promoção, prevenção, saúde animal, seminários e campanhas... na campanha de sensibilização para dejectos caninos, aqui estes ano estão 150 mil euros, a juntar a uma verba semelhante do ano passado, tínhamos aqui qualquer coisa como 300 mil euros. Já tinha dado para começar a construir o tal Centro. -----

E devo dizer que, de facto, este dinheiro para uma campanha de sensibilização, por exemplo, ou seminários ou campanhas não vale de nada. Sensibilizar para dejectos caninos, quando a maioria dos animais... (há muitos animais abandonados no Concelho) não se consegue sensibilizar um animal que não tem dono. Aliás, os animais não se sensibilizam, são alvo de qualquer coisa da nossa parte. E, portanto, isto é dinheiro deitado à rua. Campanhas de sensibilização para dejectos caninos... isto é dinheiro deitado à rua. O que interessa, de facto, é criar condições, primeiro, de fiscalização para aqueles animais que são conduzidos pelos seus donos, e que os donos não têm cuidado. De resto, o que interessa é que haja um Centro onde, recolhendo esses animais, não haja já grandes possibilidades de eles sujarem as ruas. Estou-me a referir aos animais abandonados.-----

A outra questão é o Mercado da Pontinha. Mais uma vez, o Mercado da Pontinha deslizou de ano. E isto choca-me profundamente, porque é o pior mercado do Concelho de Odivelas. Neste momento, cada ano que passa o Mercado da Pontinha, no ranking dos mercados do Concelho de Odivelas, e se calhar dos Concelhos todos em geral está em pior lugar. Se houvesse uma segunda Divisão de mercados, ou terceira,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

ou quarta, o Mercado da Pontinha estava nos Distritais, com certeza. E já agora, gostava de saber porque, de facto, temos que perguntar senão não sabemos... O que é que se passa em termos de eventuais negociações com a Câmara de Lisboa ? Já houve alguma evolução ? Temos alguma perspectiva ? A única coisa que nós sabemos é que o Mercado da Pontinha não vai existir em 2005, e isso é que é lamentável.----
Muito Obrigado !”-----

Armando Ramalho, pela bancada do **PS**, realizando uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Não fazendo destrinça de ninguém, com muita simpatia... esta Câmara merece que eu não deixe passar em claro, coisas que não devem ser deixadas passadas em claro, porque o Senhor Deputado do PP tem todo o direito de fazer as concepções políticas que quiser. Agora, V.Ex.a foi malévolo na sua intervenção porque criou nas suas palavras iniciais uma disjunção : ou o Manuel Vargês é inteligente ou o Armando Ramalho é estúpido ! Eu acho que você deveria antes fazer uma conjunção... somos os dois inteligentes, com uma distinção, o Dr. Manuel Vargês tem uma formação missionária e atura todos os golpes, porque se eu tivesse no lugar do Dr. Manuel Vargês, você já tinha ido parar a tribunal. Essa é a grande distinção entre nós os dois. Eu não tenho a paciência que ele tem. Segundo, V.Ex.a teceu uma consideração sobre o Princípio de Peter. Eu espero que você saiba o que está a dizer, senão é mais grave ainda. Mas V.Ex.a, com a idade política que tem, deve-se dedicar mais ao Peter Pan, ao Pinóquio ou outros do género. Muito Obrigado !”-----

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, realizando uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Eu queria agradecer as simpáticas palavras que me foram endereçadas pela caríssima Deputada Eduarda Barros, e queira dizer-lhe também que o PSD nada tem a ver com o Bloco de Esquerda. Nós sabemos que os senhores vão tendo uma crescente simpatia pelo Bloco de Esquerda, mas o PSD nada tem a ver com o Bloco de Esquerda. Somos um Partido responsável e democrático, e acho que temos assumido exactamente essa postura na gestão da Câmara Municipal, e esperamos que o PS saiba reconhecer isso.---
Alem disso, Senhora Deputada, não disse que este Orçamento era péssimo ou mau, dissemos sim que preferíamos um Orçamento diferente, que este Orçamento não era o nosso, até porque se o PSD entendesse ser este um mau orçamento, não teria votado favoravelmente, como o fez.-----
Muito obrigada !”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, realizando uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*“Eu subscrevo, isto em relação à intervenção da Deputada Municipal Eduarda Barros, algumas partes do discurso que fez em nome do Partido Socialista. Sem reserva, digo-lhe já ! Especialmente aquela em que faz questão de afirmar que o PS não se revê nas contas apresentadas. Isso para mim, também lhe digo, subscrevo inteiramente. E agradecemos a preocupação da Senhora Deputada Municipal, mas, minha cara, deixe-me lhe dizer uma coisa : Essa afirmação é «assassina», não há dúvida nenhuma ! Vinda da nossa parte é normal, da CDU também é normal, agora da parte do Partido Socialista é um pouco «assassina».----
Portanto, eu vou-lhe apresentar uma sugestão : quando for a feitura da acta, reveja essas suas palavras e retire isso. Pela nossa parte, nós compreendemos plenamente... que isso não fica bem na acta.-----
Quanto à outra intervenção da minha amiga... quanto ao PS fazer melhor, tenho a dizer duas coisas :-----
Primeiro, a nível nacional ainda está para provar, e a nível local cada vereador tem as suas responsabilidades. Portanto, se os vereadores do Partido Social Democrata não têm a área social, não podem fazer melhor nem pior... não podem fazer nada! Isso está entregue ao Partido Socialista, como é óbvio.-----
Portanto, o de bom e de mau que se passa, é feito e é da responsabilidade do Partido Socialista.-----
Agora vou entrar na minha intervenção oficial...-----
Vamos aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2005 e vamos entrar no último ano do nosso mandato. Para o Partido Social Democrata é altura de fazer uma pequena reflexão daquilo que foi e que é a nossa actividade como representantes de partidos políticos, legitimamente eleitos, mas também individualmente como seres que pensam e agem. E que conseguem chegar às suas próprias conclusões, independentemente de todos os rituais da disciplina.-----
Quando se assumem unanimemente determinadas posições, penso não estar errado quando afirmo que são normalmente resultado de discussões prévias no interior dos próprios partidos e, poderão ou não, reflectir o pensamento individual de cada um. Cada Deputado Municipal, para lá da sua idade, tem a sua própria experiência de vida e sensibilidade própria que poderá ser manifestada ou não durante os debates realizados nesta Assembleia Municipal.-----
É reconhecida na Área Metropolitana de Lisboa a intensa actividade da Assembleia Municipal de Odivelas em Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, mas também devido ao dinamismo evidenciado por todas as suas Comissões. Para lá de toda esta actividade, tem havido ao longo destes últimos três anos de existência, debates sobre os mais variados temas de interesse não só local mas também nacional. Pertencemos a um órgão deliberativo que para lá das suas atribuições específicas consignadas na lei, assume posições políticas de nível partidário, mas a nosso ver deve essencialmente assumir posições sobre as grandes opções de política local.-----*



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Somos um Concelho jovem, temos o futuro nas nossas mãos, temos que apontar caminhos e soluções, e ninguém nos perdoaria se não assumísse-mos a responsabilidade de o fazer. A Câmara, órgão executivo, terá que pensar melhor na política a seguir para o nosso Concelho e na melhor maneira de executar essa política. Mas a responsabilidade de pensar e discutir o nosso Concelho, poderá e deverá também pertencer à Assembleia Municipal, debatendo e discutindo as melhores opções a seguir, opções que vão ditar a nossa maneira de viver o futuro. E estamos agora a falar muito concretamente nas Grandes Opções do Plano para o nosso Concelho... A responsabilidade das Freguesias, da Câmara e Assembleia Municipal, como legítimos representantes do poder local democrático, não deve ser alienada em nome de outras formas de actuar.-----

O Partido Social Democrata, isto para terminar, deseja todos os partidos políticos representados nesta Assembleia, aos seus militantes e simpatizantes, mas essencialmente à população de Odivelas, um Bom Natal e um Bom Ano de 2005, com o desejo sincero de que todas as opções que forem tomadas o sejam em nome do desenvolvimento, do progresso e do bem estar.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, da bancada da **CDU**, realizou uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Este documento não reflete os interesses da população de Caneças, nomeadamente :-----

- Não prevê a construção de instalações para o pessoal de limpeza e jardinagem que funcionam na Junta ao abrigo do PDCJF. As instalações que actualmente usam, são manifestamente insuficientes e impróprias:

- Não têm balneário;-----*
- Não têm capacidade para todos os trabalhadores.-----*

• É uma situação que se vem arrastando de ano para ano.-----

O Ambiente – na rubrica para limpeza das linhas de água prevê para Caneças, apenas duas intervenções.--

- Vimos reclamando desde Loures, uma intervenção séria nas várias linhas de água que percorrem a Freguesia;-----*
- Não somos ouvidos;-----*
- Quando uma outra enxurrada cair sobre esta zona, não faltarão as desculpas.-----*

Que nos interessa ter um Gabinete de Protecção Civil, se este não tem meios para activar, quando são precisos ?-----

- Ainda recentemente caiu um muro em Caneças que já ameaçava cair há anos. Pouco se faz para evitar esta situação e, por sorte, não houve perdas a lamentar. Houve sim que arranjar*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

uma máquina para desobstruir a via que ficou cortada ao trânsito, e teve que ser a Junta a contratar uma máquina.-----

- *No Orçamento está prevista a aquisição de uma, sem verba definida.-----*
- *O mesmo acontece com a aquisição de uma máquina de varrição mecânica, cuja aquisição está prevista, mas sem verbas definidas.-----*
- *Assim não é possível adquirir equipamentos essenciais para o serviço que pretendemos prestar à população.-----*

Arruamentos – o DOM tem uma verba que se fosse gasta em Caneças, não chegava para reparar todas as ruas em falta.-----

Se considerarmos que para o DOM, Caneças não é prioridade, então podemos concluir que esta rubrica não chega para dar a volta ao Município, no que respeita às primeiras prioridades.-----

A sede da Junta de Freguesia de Caneças tem uma verba de 5.000 euros para projecto. É manifestamente insuficiente só para o projecto, já para não falar na obra que temos que fazer. Para além de necessária e urgente, é um compromisso que foi assumido com população.-----

- *Este Orçamento está elaborado numa lógica de um Concelho estabilizado.-----*
- *O que acontece é que estamos ainda na fase da consolidação.-----*

É necessário fazer opções prioritárias, tendo em conta os reais interesses da população e depois sim, vamos aos planos estratégicos ou promocionais. Assim não me convencem !”-----

Usaram ainda da palavra, os seguintes Deputados Municipais:-----

Abel Carvalho Bernardo, pela bancada do **PS**, que realizou a seguinte intervenção:-----

“Relativamente às questões que aqui foram abordadas pelo colega do PP, senti-me um bocado lesado, porque começou por dizer que já sabia os que nós estávamos a pensar ainda antes dele falar. Parece que temos novo “Zandinga”. Já sabe o que as pessoas estão a pensar, ainda antes de falarem.-----

O colega Ramalho já me ultrapassou um bocado naquilo que ia dizer. Tenho que dizer que de vez em quando “fico a ferver” com as suas intervenções...-----

Gostava mais de o ouvir dizer que estamos todos no mesmo barco, no mesmo Concelho, queremos melhores condições e apresentar sugestões para isso, melhorar o Orçamento... não é sempre a atacar o Presidente e os outros todos... atacar, atacar, atacar mas... nada ! -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Sabe, o PS e a gente que está aqui provavelmente terá uma política de esquerda... As políticas que o senhor e os outros apaniguantes sabem, já deram o que tinham a dar... são salazarentas e companhia... O meu amigo é muito novo para ter passado por estas coisas todas.-----

Queríamos um Concelho, que está a desenvolver, melhor... eu gostava de o ter ouvido falar disso. Querem melhor, mas não é melhor para aqueles que o senhor quer... para os grandes grupos económicos, para o capital explorador, que não tem estratégia nenhuma, tem os melhores trabalhadores do mundo, mas não sabe competir.-----

O capital é preciso, mas não como o senhor diz, é que o capital tem que ser inteligente. O trabalhador português, vai para a Europa, para todo lado é o melhor do mundo, a trabalhar na nossa terra, é o pior do mundo... e há aqueles que o senhor defende... e vem para aqui ofender toda a gente, isso não pode ser ! O senhor não é o «Zandinga», não adivinha aquilo que a pessoa não diz, não sabe o que as pessoas lá têm... Depois põe-se com um ar de troça de toda a gente... isso não é assim ! Tem que ter alguma formação, provavelmente, é por ser muito novo para andar nestas coisas, julgo eu, o senhor falou mas não disse nada! O meu amigo Deputado devia referir, tal como outro Deputado ontem disse, é que o Durão Barroso veio do MRPP, que o Pacheco Pereira, que eles todos... parece que o PPD é formado por toda a gente que veio do MRPP e companhia... Esse Senhor Durão Barroso deu o fora quando a coisa começou a ficar preta, não foi? Assumiu um compromisso com toda a gente...-----

Mas não foi nada disto que o senhor defendeu. Claro, disse algumas verdades... que se está a formar um jardim de betão, mas como disse a minha colega de bancada, existem diferenças entre nós, nomeadamente, a aposta nas novas tecnologias e fontes energéticas, por forma a beneficiar as populações...-----

Parece que temos que recorrer à venda de património, a exemplo de vocês... e por isso é que os senhores do PSD estão todos muito bem, porque um indivíduo que vende a casa para depois pagar renda nela... só numa grande catástrofe, isso não passa pela cabeça de ninguém.-----

Eu só estou a dizer que o senhor tem que ter um bocadinho mais de contenção porque nós somos todos... e se quer o mesmo bem para todos, tem que ser contido. Tenho dito !”-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, que realizou a seguinte intervenção:-----

“Senhora Presidente, eu até era para não replicar porque não gosto de entrar em conflitos, etc., mas pronto! Já agora... aquela que está mais quente... Achei um bocadinho engraçado porque começou por dizer que eu não apresentava propostas, etc., e que não dizia para onde devíamos caminhar. Entretanto apresentei alguns exemplos... eu, inclusivamente na minha empresa e quando estou a trabalhar, o que eu faço é aquilo



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

que se denomina por “benchmark”, e portanto, é ver o que os melhores fazem, como é que fazem para eu saber como é que também deverei fazer. E esses foram os exemplos que dei.-----

Relativamente às formas como se devem colocar os capitalistas, etc., eu não vou entrar nesse jogo porque já é muito esquerda – direita, nem vale a pena.-----

A minha preocupação é precisamente definir o que é que nós queremos para Odivelas... em termos empresariais. Se queremos continuar a não suportar ou a dar condições ou não. E isso, naturalmente, traz mais emprego para Odivelas, é isso que eu quero! Eu quero é fixar as pessoas.-----

Depois, no final, já estava a dizer que eu afinal já tinha dito que... estávamos a caminhar para o cimento, etc., e deu-me razão... e já apresentei aqui propostas que foram recusadas, mas pronto ! São questões políticas... infelizmente a vida política é assim.-----

Relativamente a algumas afirmações que já foram aqui abordadas, em relação à minha pessoa, é porque se calhar nunca trabalharam comigo directamente e, portanto... são questões pessoais e profissionais com as quais eu estou habituado a trabalhar.-----

Em relação ao ponto da idade política, muitas vezes quando venho aqui... e, infelizmente, sou o único da oposição, tenho que fazer um bocado o meu papel. Portanto, é a única coisa que eu posso fazer. Sou o único em todo o Concelho, infelizmente, mas olhe... é assim a vida !-----

Em relação à idade política, muitas vezes e sempre que venho aqui apresentar qualquer coisa, dizem que sou jovem... eu não sabia que na política havia aquilo que... tal como eu na minha empresa... existe o “carreirismo político”... as carreiras. E, portanto, se calhar consideram-me a mim, e agora fazendo um bocadinho analogia ao que é um consultor júnior, se calhar eu sou um político júnior... Tudo bem ! E se calhar, aqueles que vêm aqui dizer «porque já andam aqui há 30 anos» e pensam que têm... e se calhar nalguns casos têm e portanto não retiro esse mérito, mais capacidade, e fazem aquilo que é o estilo consultor principal e sénior, etc., e não querem ouvir o que as pessoas novas, as novas ideias... porque senão, continuamos sempre na mesma, mas pronto !-----

Isto é relativamente à ideia e o carreirismo político, e portanto eu tenho... em termos políticos cerca de dez anos de experiência política, e não é muita porque não é disto que eu quero fazer carreira, portanto... Se houver carreirismo político, eu não o quero fazer.-----

Depois, em relação a outro aspecto, muitas vezes eu noto... e agora vou generalizar que é para não pessoalizar, que é a falta de capacidade democrática relativamente às críticas, mais uma vez. A tal questão que a verdade é só para alguns, não é para os outros. E portanto, aquilo que eu vejo é que é muito fácil criticar os outros, mas não se segue inclusivamente o princípio de liberdade, tão apregoado pelo Partido Socialista, e aí... e agora com um bocadinho duma dica engraçada que é : apresenta-se as críticas ou quando são atacados, parte-se logo para o princípio da moda que era da PIDE... há pouco davam o sentido salazarista, etc., mas que é «se não gostas de mim, então toma lá o Tribunal». Portanto, é assim !...-----

Mas, não vou entrar mais... nem vou estar a discutir... isto é engraçado.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Maria João Tavares**, pela bancada da **CDU**, realizou uma intervenção que converteu em declaração de voto e que se encontra transcrita no local próprio.-----

Após este período a **Senhora Presidente** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos em relação às questões levantadas, as quais se transcrevem:-----

“Em primeiro lugar, à Senhora Deputada Municipal do PSD que interveio sobre a matéria do Orçamento, dizer-lhe claramente o seguinte :-----

É incontestável, de facto, quem ganhou as eleições em Odivelas foi o Partido Socialista, o Presidente da Câmara é do Partido Socialista e tal como na Assembleia da República que apresenta o Orçamento à Assembleia da República, é o Governo empossado e, portanto, é a maioria que ganhou as eleições. Também aqui na Câmara de Odivelas é a maioria e o Presidente que têm a responsabilidade de apresentar o Orçamento e de submeter à crítica dos órgãos deliberativos, como a Assembleia Municipal. Portanto, assumo por inteiro esta responsabilidade e assumo por inteiro, naturalmente, enquanto eleito pelo Partido Socialista e como ganhador das eleições em Odivelas. Enquanto estiver nesta situação, essa responsabilidade será minha, indesmentível, e estarei aqui sujeito às críticas, naturalmente naquilo que for construtivo. Melhorar aquilo que é a apresentação do meu Orçamento porque creio que é, independentemente do Partido Socialista ser o partido ganhador, os outros não sendo ganhadores, tanto como o PS, estão interessados no melhor para Odivelas.-----

Relativamente ao problema da SISA, o facto de nós termos apenas feito uma previsão relativamente àquilo que tem sido as arrecadações mais recentes da SISA, eu creio que fiz bem porque é o Governo do País eleito democraticamente, em comungar da visão optimista que este Governo nos deu. Porque finalmente tínhamos uma luz ao fundo do túnel, que a retoma estava próxima e que os tais 10.000 fogos devolutos que temos em Odivelas iriam brevemente, face a essa retoma a essa visão optimista da vida que o PSD nos quis transmitir, iriam ter uma repercussão mais optimista nas receitas, e daí eu ter feito também uma revisão, em termos de receitas da SISA, mais optimista do que seria a média daquilo que foi último ano da recolha dessas receitas.-----

Em relação às receitas extraordinárias, Senhora Deputada Municipal, há aqui um aspecto que nos divide. Enquanto o Governo, ano após ano, descobre pretextos para que a pretexto de conter o défice nos 3%, descobrir todos os anos anéis e braceletes de ouro para vender, ou seja ir buscar o fundo de pensões dos CTT, ou seja ir buscar o dinheiro do fundo de pensões da Caixa Geral de Depósitos, amanhã vai buscar o meu fundo de pensões da PT que me custou durante 37 anos a descontar para lá, que tem 360 milhões de contos !!-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Depois, começa a tratar das SCUT's. É mais um problema artificial porque causa do défice. Depois é a venda de património...-----

Nós, Senhora Deputada Municipal, não queremos isso. Nós queremos reaver apenas o valor da dívida dos 2 milhões de contos. E chegámos à conclusão que, com a venda dos lotes da habitação municipal e de outros lotes que não sejam para fogos, sejam para outras utilizações, uma vez arrecadados os 2 milhões que é a nossa dívida flutuante em termos de fornecedores, não temos que fazer mais artimanhas financeiras para colher receitas extraordinárias. Nós só queremos as receitas extraordinárias suficientes para pagar a dívida que temos, e uma vez que a nossa dívida entra em velocidade cruzeiro, não precisamos de criar mais receitas extraordinárias porque não temos nem mais anéis, nem mais pulseiras para vender, só temos estas, infelizmente.-----

Sobre a realização da feira das actividades económicas, está previsto entre mim e o Senhor Vereador, e já o ano passado havia também essa ideia que não foi possível garantir, que era possível mesmo sem dinheiro, com o apoio dos nossos empresários e com outros apoios que fossem previstos, com a dimensão que fosse possível, realizarmos uma feira de actividades económicas que não nos envergonhasse. Se for possível, essa participação do tecido empresarial, tal como em Loures acontecia, através do pagamento de taxas pela utilização do espaço e pela ocupação do espaço, e se numa revisão orçamental mais optimista, se as receitas permitirem, for possível dar sustentação à realização da feira de actividades económicas, que é importante para o Concelho. Da minha parte, na preparação do Orçamento, prometi ao Senhor Vereador que tudo faria para que houvesse algumas condições de receitas extraordinárias, que nos permitissem apoiar a realização desta feira. Esta feira é importante para o Concelho, até para demonstrar ao mundo local, regional e metropolitano que Odivelas se preocupa naturalmente com desenvolvimento das actividades económicas no seu Concelho.-----

Dizer-lhe por fim que, apesar das suas críticas, registei também os lados positivos que realçou deste Orçamento. Realçou também as razões que levava de uma forma responsável o PSD a votar favoravelmente o nosso Orçamento, porque quero dizer também que desde o tempo da Comissão Instaladora tenho apreciado como Presidente, desde essa data até hoje, a forma responsável como o PSD vem colaborando na execução dos vários orçamentos e na realização dos vários objectivos que este Município se tem proposto ao longo destes seis anos. Portanto, agradeço naturalmente a confiança que fez, nas menções positivas que fez ao Orçamento e à responsabilidade do mesmo, como eu também lhe faço a honra de lhe dizer o respeito que tenho pelo elevado sentido de responsabilidade que o PSD tem assumido sempre desde o tempo da Comissão Instaladora, daquilo que são os altos desígnios, da instalação e da construção deste novo Município.-----

Em relação ao Senhor Deputado Rui Nobre Ribeiro, a minha surpresa vai para o seu voto contra, porque tudo aquilo que disse, ou disse de uma forma impensada... não justificam de qualquer forma, no meu ponto



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

de vista, e talvez por ter quase o dobro da sua idade, não justificam a sua declaração final... por todas estas razões, vai votar contra... e eu vou explicar-lhe porquê:-----

Em relação ao urbanismo, à qualidade de vida e à dependência deste Município cada vez mais do betão, o problema é simples. O Senhor Deputado faz parte de um partido que está numa coligação e esteve durante quase três anos numa coligação. Alterem a Lei das Finanças Locais e façam com que as finanças do Município não dependam do betão! Criem critérios objectivos para que cada município cumpra, relativamente aos equipamentos, à sua população, ao seu território e à satisfação de necessidades dos seus cidadãos ! Criem critérios objectivos para que as verbas do Orçamento Geral do Estado sejam suficientes para garantir o desenvolvimento dos cidadãos, e não façam depender então o nosso Orçamento nem do IMI, nem da SISA. Não preciso nem do IMI, nem da SISA para nada ! Eu quero que o dinheiro chegue ao Município para satisfazer aquilo que precisar.-----

Portanto, se essa acusação da prisão monetária perante os promotores é feita, faça-a ao Governo, faça-a a quem entender para que alterem a Lei das Finanças Locais, ou no mínimo para que cumpram a Lei das Finanças Locais, porque este Governo mais uma vez, depois de seis anos de cumprimento por parte do PS, ao longo de três anos não tem cumprido a Lei das Finanças Locais. E mais... além de não ter cumprido, reduziu a metade a capacidade de endividamento dos municípios. E portanto, essa tal dependência dos promotores e do betão, penso que deve ser uma mensagem para o interior da sua coligação e não para o interior da Câmara.-----

Depois, dizer-lhe também que em relação à chamada Sociedade Informação, deve andar distraído. Como sabe, nós celebrámos não com um, mas com quatro municípios, um programa de 1,5 milhões de contos num projecto que se chama "POSI", para que os dinheiros gastos pelos quatro possam ser melhor rentabilizados, para que se constitua um portal único e não quatro portais. E que a partir de um portal único qualquer cidadão de Vila Franca, Amadora, Odivelas ou de Loures possa aceder a cada um dos municípios, e a partir daí recolher aquilo que são todas as informações que a Sociedade Informação vai trazer as estes quatro municípios.-----

E portanto, não se queixe que nós não investimos em inovação e em qualidade em termos informáticos, porque temos em média 500 mil contos, cada um dos concelhos, para investir na nova tecnologia da informação ao nível do "POSI", que foi uma candidatura que nos custou muito a ganhar e que foi possível garantir com a adesão final de Vila Franca, porque inicialmente era só Loures, Amadora e Odivelas. E devo dizer-lhe que Odivelas teve neste POSI e nesta candidatura, tal como a Amadora, um papel pioneiro de que nos orgulhamos muito.-----

Senhor Deputado Municipal, se do seu espírito tem dúvidas qual é o Concelho que queremos daqui a 10 anos, é porque a sua idade não permite saber o Concelho que tivemos há 26 anos atrás. O Senhor Deputado não imagina o Concelho que tivemos há 20 ou 26 anos atrás. O Senhor era muito novo ainda, mas eu lembro-me... tenho 61 anos e sei perfeitamente o Concelho que hoje temos, ao fim de seis anos,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

não é o Concelho que herdámos há seis, e sei perfeitamente que se continuarmos por este caminho, com o empenhamento de todos os senhores deputados, de todos os senhores vereadores e de todos partidos, porque a democracia assenta nos partidos políticos no seu contributo, se continuarmos por este caminho, ganhe quem ganhar, esteja quem estiver, o Senhor Deputado Municipal pode acreditar que o futuro deste Concelho daqui a 10 anos não terá nada a ver com o que é hoje, com o que era há 20 ou há 26 anos.-----

E quanto às suas dúvidas existenciais sobre o que é que nós pensamos dos pólos, também anda muito desatento. Eu tenho dito sistematicamente, e o senhor vereador responsável e outros vereadores responsáveis por estes pelouros, que nós queremos, primeiro, um pólo tecnológico... eu tenho falado disso imensas vezes. Já lhe disse também que queremos um parque industrial, digno desse nome, para Odivelas. E disse também e continuo a dizer que, acima de tudo, gostaríamos de ter em Odivelas, pólos científicos tecnológicos ligados ao ensino politécnico e ao ensino superior. Portanto, este é o nosso desafio e esta será a nossa luta, para que o Município de Odivelas se diferencie daquilo que era o Município dormitório, suburbano, periférico quer de Loures quer de Lisboa, para que, de facto, fixemos as pessoas.-----

Antigamente haviam 90 mil pessoas a subir e descer a Calçada de Carriche, as últimas estatísticas já apontam só 70 mil... alguma razão há-de haver, não fui eu que inventei as estatísticas. Se continuarmos por este caminho, talvez o Senhor Deputado anteveja o que será este Município daqui a 10 anos. Se todos tivermos, como teve o Partido Socialista e os partidos que se envolveram na gestão deste Município a sério, dado que o CDS/PP, como aqui foi dito, não só não está na Câmara como parece que às vezes na Assembleia Municipal também não tem uma visão construtiva da vida e prefere ter aqui um palco para dizer o que está mal, para ganhar talvez algum prestígio e alguma visibilidade, quando aquilo que é importante é termos contributos positivos para que esta Câmara e esta Assembleia Municipal naveguem no bom sentido. Quanto ao navegar perto da costa, Senhor Deputado Municipal, a partir do momento em que este Governo, à mingua de tanto pensar no défice, apagou os faróis que existiam por esta costa fora, só resta aos nossos barcos navegarem muito perto da costa, a ver se conseguem ver as luzes que ainda iluminam as vilas e as cidades costeiras deste País. Portanto, navegar à costa não é com certeza nada que tenha a ver nem com esta Câmara, nem com o Partido Socialista. Veja bem quem é que anda a apagar os faróis e a não pagar aos faroleiros, para que os navios cada vez naveguem mais perto da costa e mais à vista das cidades e das vilas costeiras. Mas, naturalmente que esta visão de mingua não é de certeza a visão, nem desta Câmara nem do Partido Socialista, que eu honrosamente aqui represento aqui na Câmara.-----

Portanto, Senhor Deputado Rui Nobre Ribeiro, para que não se queixe, creio que respondi a todas as suas questões, com a delicadeza e a amizade que tenho, porque eu não gosto de ser malcriado para ninguém, mas também não gosto de deixar ninguém sem resposta.-----

Em relação à questão que foi colocada pela CDU, agradeço as intervenções aqui havidas. Devo dizer que algumas intervenções da parte da CDU, exceptuando as duas últimas, quase significavam uma declaração



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

de voto de alguém, que tendo na Câmara votado a favor e que aqui também iria votar a favor, apesar de tudo haveriam situações que poderiam ser melhoradas e que não foram, mas que no geral este Orçamento até tem coisas boas, quer... porque muitas vezes nós temos a tendência, quando fazemos a divisão crítica de um Orçamento, de criticar apenas as áreas que não estão afectas ao partido que aqui representamos na Assembleia Municipal, para valorizar aquelas que estão afectas aos vereadores que na Câmara representam os nossos partidos.-----

A Câmara é uma só ! Eu deleguei competências, e continuarei a delegá-las enquanto tiver a confiança dos Senhores Vereadores, sejam de que partido forem. No dia em que essa confiança não for garantida, e já repeti aqui 20 vezes... os Senhores Vereadores têm toda a liberdade da minha parte de continuar a desenvolver a sua actividade, porque o Presidente acompanha. No dia em que algum Senhor Vereador entender estar contra e votar contra as linhas gerais do Orçamento ou de um Plano de Actividades, a mesma "caneta" que escreveu a delegação de competências, apagará essa mesma delegação.-----

Reitero aqui que apesar de tudo, a postura dos vereadores da CDU na Câmara, embora as diferenças existam muitas vezes mais acesas ou menos, tem sido uma postura de alguma responsabilidade que eu aprecio. E portanto, espero que em relação à Assembleia Municipal, mesmo contando com o voto contra da nova Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, que continue a ser um sentido de responsabilidade que temos sabido viver e conviver até agora. E espero que quando se aprecia a actividade da Câmara, apreciemos a actividade de todos nós, e não tentando apenas os contras de quem não nos representa partidariamente, e muitas vezes valorizando os prós daqueles que representam partidariamente na Câmara. Quero dizer, sinceramente, que não tenho respostas a dar, porque não foram aqui colocadas questões. Em relação ao problema das juntas de freguesia, cada vereador em cada pelouro, anualmente vai fazendo o seu trabalho de casa. Anualmente vai tendo imensas reuniões com os senhores presidentes de junta a propósito das áreas que lhe estão atribuídas, e anualmente vai fazendo o seu trabalho de casa para quando chegar à data da elaboração do Plano, tenha o seu feito e saiba naturalmente aquilo que é possível, dentro das possibilidades que o Presidente da Câmara define, e incluir aquilo que é prioritário em cada uma das juntas, face à análise que ao longo do ano vai fazendo, daquilo que têm sido as pretensões que as juntas de freguesia nos fazem chegar.-----

O Presidente de Câmara tendo os critérios que tem de ser ele no final a compor o Orçamento que tem de trazer à Câmara e à Assembleia Municipal, não tem os 100% de responsabilidade que aqui alguns querem fazer ver, mas naturalmente temos que repartir essas responsabilidades, porque senão então criem executivos homogéneos e o partido que ganhar as eleições, governe sozinho... que é aliás o modelo que eu defendo, porque de contrário não estaríamos a ter, talvez, uma acção tão positiva como nós vimos tendo ao longo destes seis anos neste Município de Odivelas, enquanto eu sou Presidente.



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Dizer também, e agora em relação ao Senhor Deputado Municipal João Carvalho que o desconforto enorme que repeti este ano relativamente ao ano anterior, eu devia até ser mais negativo, porque o meu desconforto face aquilo que se passou em 2003, em 2004 eu devia por «desconforto enormíssimo». Mas, para não desvalorizar muito também certos termos, mantive o desconforto enorme do ano anterior, porque este ano o meu desconforto para preparar o Orçamento para 2005 foi muito superior do que foi o desconforto para preparar o Orçamento de 2004.-----

Quanto ao centro de recolha e ao canil, é recorrente a sua preocupação e é louvável. Falou aqui num conjunto de verbas que estão inscritas e que no seu entender seriam dispensáveis. E portanto, se da parte de quem tem esse pelouro, se essas verbas estiverem diferidas... também não tenho aqui o meu Orçamento de cor... se as verbas estiverem disponíveis, se houver vontade de alterar verbas de um lado menos dispensável para construir o canil, não é o Presidente de Câmara que vai dizer que não. Agora, eu não posso é inventar receitas. Se alguém dispensar receitas e se entender que as receitas são mais importantes do que verbas que possam haver em qualquer Departamento do Município, elas são bem vindas e o Presidente da Câmara estará solidário para a criação de um centro de recolha e um canil em Odivelas. Aliás, centro de recolha, cujo o projecto está com a verba definida no Departamento de Obras Municipais.-----

Quanto ao Mercado da Pontinha e quanto às reuniões com a Câmara de Lisboa, já foi dada conta, julgo que na Assembleia Municipal mas pelo menos na Câmara, de que já houve uma última reunião em que esteve presente o vice-presidente da Câmara Municipal de Odivelas e a Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, e estamos muito próximos de encontrar uma solução definitiva para encontrar um Mercado, que não serve apenas a Pontinha, serve também Carnide e toda aquela região. E foi nesse entendimento que a Câmara Municipal de Lisboa se comprometeu a levar a Sessão de Câmara e de Assembleia Municipal, a cedência desse terreno para a Câmara de Odivelas, a cedência ao patriarcado do terreno para a igreja e para o Centro Social e a construção, no meio destes dois espaços, de um jardim público porque a Pontinha, naquela zona histórica, carece de ter um jardim público também entre o Centro Social e o Mercado. Quanto a verbas, como compreenderá a engenharia financeira está prevista para a construção do Mercado não prevê qualquer verba, nem da Câmara de Lisboa, nem da Câmara de Odivelas porque há uma parceria que pode construir esse Mercado a custo zero para qualquer dos Municípios.-----

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, embora não tenha colocado aqui grandes objecções em relação ao Orçamento... Quanto à limpeza das linhas de água eu já esclareci o que tinha a esclarecer, a candidatura está feita. Foi preparada com elementos que nos foram transmitidos pelo Departamento do Ambiente. Vamos aguardar e... não queremos discriminar junta de freguesia nenhuma, nem nenhum leito de ria nem de ribeira e, portanto, vamos ver se cumprimos aquilo que for o contrato-programa que viermos a estabelecer com o INAG. Quando nós falamos muitas vezes de verbas não



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

definidas, é uma lógica que envolve todos os orçamentos e de todas as Câmaras. Todos os anos nós sabemos que, face à imprevisibilidade das receitas, temos sempre que por como não definido um conjunto de investimentos ou de projectos, que sendo importantes só serão desenvolvidos se ao logo do ano a obtenção de receitas permitir um acréscimo na previsão inicial que permita, em termos de prioridades que serão definidas, transformar verbas não definidas em definidas.-----

Depois também, em relação a alguns projectos que falou, nós não precisamos de incluir verbas em projectos, porque temos nos nossos serviços gente capaz de desenvolver projectos. E dou-lhe exemplos: o projecto do Centro Dia da Póvoa foi feito por arquitectos do nosso Município; o projecto do Centro Dia do Olival Basto também; o projecto do pavilhão municipal que foi aprovado pelo Instituto Nacional do Desporto, foi feito por arquitectos do nosso Município.-----

Portanto, muitas vezes nós não incluímos verbas para projectos porque temos matéria-prima suficiente para desenvolver projectos, e assim depois haja verbas e orçamentos para conseguir naturalmente desenvolver esses projectos.-----

Em relação à Junta de Freguesia da Ramada, repetir a minha saudação que fiz ontem à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, e hoje ainda com uma ênfase maior porque parece que nos está a habituar ao estilo do seu antecessor em termos de falar alto e bem ! É bom sinal... para se fazer ouvir. Não é defeito nenhum, é um problema de convicção e de afecto. O falar alto não quer dizer que se faça ouvir melhor ou pior. Nós ouvimos tanto quem fala alto como quem fala mais baixo. Para mim, é independente.----

Quero dizer-lhe que, em relação a alguns problemas que aqui colocou, nomeadamente os arranjos exteriores, há cinco dias no encontro que tivemos aqui na Biblioteca Municipal D. Dinis, já estivemos a tentar criar uma solução para essa questão com o Senhor Padre Daniel e o Senhor Vereador responsável por esse pelouro. Dado que a verba estando como não definida, temos que encontrar uma solução porque o que o Senhor Padre Daniel pretende não é a garantia do pagamento, é a garantia da aprovação por parte da Câmara, mesmo que o pagamento se faça só em Julho ou Agosto. E foi nessa óptica que nós discutimos com o Senhor Padre Daniel, e vamos tentar encontrar uma solução, porque também entendemos que é importante que aqueles arranjos exteriores sejam concluídos em Maio, e que a empresa empreiteira e o empreiteiro tenham um carta de conforto com uma certidão de aprovação por parte da Câmara, que de a Câmara haverá a maior das vontades... -----

Sobre o problema das AUGI'S e aquilo que foi a política das mesmas, que herdámos de Loures, Senhora Deputada Municipal e Senhora Presidente da Junta de Freguesia, um dia que me reforme e espero reformar-me muito tarde, talvez para descontentamento de alguns que aqui estão presentes... talvez escreva um livro sobre aquilo que foram os avanços e recuos do processo das AUGI'S, ao longo de 20 anos no Concelho de Loures e depois ofereço-lhe uma cópia autenticada desse meu livro, porque pelo menos 4 anos eu vivi. E eu fiz esse livro com o então Vereador António Costa. E, portanto, como eu retenho esse



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

livro, agora vou desenvolvê-lo mais e quando me reformar da vida política, terei muito gosto em lhe oferecer um livro para lhe falar bem como eram os trabalhos ao fim de semana, o que era a oferta de materiais que a Câmara de Loures dava para se fazerem esses trabalhos... É uma história longa que talvez um dia saibamos contar aos nossos netos, mas eu espero contá-la e tenho muito gosto em lhe dar depois esse livro em 1ª mão. -----

Naturalmente que sobre os critérios, o Orçamento de uma Câmara quando é feito não tem de obedecer a critérios nem da população de cada Junta, nem da área de cada Junta, tem que obedecer a um conjunto de necessidades e saber priorizá-las, e essa é uma responsabilidade que cabe ao partido vencedor e ao Presidente da Câmara que representa esse partido. E eu acolho de todo essa responsabilidade e serei votado, naturalmente eu e o meu partido, no final deste mandato... se fizemos bem ou se andámos mal. Essa é uma responsabilidade que cabe a mim, e cá estaremos para recolher depois a avaliação dos munícipes da Ramada e de todas as freguesias, sobre a actuação do Partido Socialista e da Câmara Municipal presidida por um elemento desse partido.-----
É tudo, Senhora Presidente !”-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo o mesmo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS e do PSD, com os votos contra da bancada do CDS/PP e da Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, da bancada da CDU, e com 7 abstenções da bancada da CDU.**-----

Foram apresentadas declarações de voto pelas bancadas do **PS**, da **CDU**, do **PSD**, do **CDS/PP** e da **Presidente da Junta de Freguesia da Ramada**, que seguidamente se transcrevem:-----

Declaração de voto apresentada pela bancada do PS-----

“Face às dificuldades financeiras que se manifestaram em 2004 para a generalidade dos municípios portugueses e às perspectivas ainda pouco optimistas para uma eventual retoma para 2005, registamos que a Câmara Municipal teve que optar por definir prioridades para a afectação dos recursos esperados, que serão sempre escassos, na actual conjuntura, já que também entendemos que não se devem, nem podem, inflacionar as Receitas Municipais. Por isso as prioridades definidas para afectar os nossos recursos, merecem a nossa concordância.-----

Tal como a Câmara deliberou, também esta bancada, entende, desde logo, a satisfação dos Custos Correntes como primeira prioridade, tais como a satisfação dos vencimentos e encargos sociais e dos restantes custos administrativos afectos ao funcionamento do município, a saber: rendas, electricidade, telecomunicações, transportes e logística, seguros, limpeza e segurança de instalações, consumíveis, etc.



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Depois e para nós é ponto de honra, haverá que assegurar prioritariamente a vertente social da actividade municipal, nomeadamente nas áreas de apoio à educação, juventude, idosos, deficientes, educação para a saúde e habitação social. Tal como concordamos com a manutenção e o reforço dos apoios aos clubes, colectividades, associações, instituições particulares de solidariedade social, que nos últimos dois anos têm sofrido dificuldades que devemos ajudar a superar. Sem esquecer as transferências para as Juntas de Freguesias para o cumprimento do Protocolo, que viram reforçadas as suas verbas em cerca de 10%, face a uma primeira actualização que se procedeu do pessoal afecto à manutenção das zonas verdes e do espaço público e ainda o retomar das verbas inicialmente afectadas a obras ao abrigo do art.º 27º, desde o tempo da Comissão Instaladora e que este ano de 2005 foi fixada, para já, em dois terços desse valor habitual, o que consideramos como sinal positivo. E finalmente as transferências para as nossas três Associações de Bombeiros Voluntários.-----

Vivemos tempos em que os esforços têm de ser partilhados, devendo o Estado ser parte fundamental, o que infelizmente não está mais uma vez a suceder em 2004, e não acontecerá em 2005, já que, ao nível do PIDDAC, e dos Contratos-Programa já contratualizados não tiveram a resposta que todos desejávamos uma vez que os apoios são praticamente inexistentes. Tal como temos que continuar a contar com os particulares e a sociedade civil, os promotores, os urbanizadores, comunidades locais, para que, em conjunto, possamos melhorar o desenvolvimento do nosso tecido urbano e a criação de melhores oportunidades e espaços para ocupação, convívio, lazer e encontro. É preciso estabelecer, neste novo município, uma nova relação de proximidade e, para isso, teremos que nos reencontrar uns com os outros, numa nova identidade local, com vida própria, onde nos possamos fixar cada vez mais e atrair actividades, emprego e desenvolvimento social.-----

Para isso registamos com um bom nível de realização do PROQUAL face aos contratos já homologados pelo Governo nesta matéria, e que se encontram já em execução, e os outros Projectos que têm vindo a ser aprovados nas últimas reuniões de Câmara e que se irão iniciar ou adjudicar brevemente.-----

Compreendemos que para dar resposta adequada a uma população que se vai tornando cada vez mais exigente para com os seus autarcas, face às expectativas que lhes vão sendo legitimamente criadas, se torna um desafio que nos obrigará, em 2005, a uma redobrada dedicação e imaginação, num quadro em que os recursos, se escassos eram, mais escassos poderão vir a ser em 2005, acrescida de uma cada vez maior imprevisibilidade das Receitas Correntes, à escassez das transferências do Orçamento do Estado, com aumentos que não cobrem sequer a inflação, e à já referida falta de apoios ao nível do PIDDAC e à conjuntura económica que o País atravessa e leva à retracção do consumo e do investimento.-----

Ao nível do Ambiente registamos a candidatura apresentada ao Instituto Nacional da Água de cerca de 3.000.000 de Euros para a limpeza das nossas linhas de água de que esperamos resposta, sendo desde já de registar que há oito dias o INAG lançou já a empreitada da limpeza do Rio da Costa, com um valor



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

próximo dos 350.000 Euros. Importa, no entanto afectar verbas para esse efeito de forma a dar resposta, ao esforço que possa ser pedido ao Município face à aprovação, no todo, ou em parte, dessas candidaturas.---- Sendo assim claramente insuficientes e, além do mais, imprevisíveis os recursos colocados à disposição dos municípios, fruto de uma injusta contenção e austeridade para quem, como os Municípios e Freguesias, mais e melhor sabe aplicar os meios ao serviço das populações que serve, a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2005 exigiram, por parte da Câmara, tal como aconteceu já em 2004, o desconforto enorme de ter que ser rigorosa e contida no estabelecimento de prioridades e opções no planeamento das suas actividades, iniciativas e projectos de investimentos municipais, responsabilidade que o Presidente da Câmara naturalmente terá de assumir em primeira linha. Não podemos pois deixar de reavivar que este Município, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses deram parecer desfavorável ao Orçamento Geral do Estado para 2005, que esta Assembleia Municipal comunga, e ao baixo nível de participação dos Municípios Portugueses ao nível da distribuição do PIDDAC, tal como reafirmamos a nossa discordância sobre os critérios de austeridade, contenção e poupança de recursos que nos são exigidos, e que não é imposta à Administração Central do Estado, o que, uma vez mais em 2005, colocará em causa os superiores interesses das populações que nos propusemos servir e os compromissos locais que cada um de nós foi assumindo.-----

Mais uma vez, neste ano de 2005, tal como já havia acontecido em 2004, contra a vontade expressa dos autarcas eleitos, tiveram que ser estes os princípios orientadores que condicionaram a Proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2005 do Município de Odivelas, que aqui nos é apresentada, na certeza de que, esta bancada do Partido Socialista, não se revê, por certo, no resultado final, já que não é o Orçamento e o Plano de Investimentos que gostaríamos de aprovar aqui hoje, pois desejaríamos ver mais investimento, mais actividades, iniciativas e projectos de iniciativa municipal, que melhor serviriam os interesses da nossa comunidade. Este não é certamente o Plano e Orçamento que todos gostaríamos de ter.-----

Infelizmente, o final de 2004, acabou por ser também marcado por dificuldades inesperadas, tal como tinha acontecido em 2003, provocadas pela quebra de cerca de 7 milhões de Euros nas nossas Receitas da Sisa, relativamente ao ano anterior, que já tinha sido suficientemente baixo, em cerca de 10.000.000 de Euros relativamente a 2001 (ano base), o que perturbou o normal desenvolvimento da actividade municipal, em virtude das medidas restritivas que tiveram de ser assumidas face às dificuldades criadas pelo Governo aos Municípios Portugueses, em sede da Proposta de Orçamento de Estado para 2005, já aprovado pela Assembleia da República. Registamos o esforço de contenção e de austeridade nos gastos, o que me apraz registar e que nos permitiu ver reduzidos cerca de 12 milhões de euros o nível da nossa despesa corrente e de investimento. No entanto, fruto da continuação do abaixamento das Receitas, que já referimos, especialmente ao nível da antiga Sisa, não foi possível diminuir de forma tão significativa como seria



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

desejável, as nossas dívidas com terceiros, bem como os compromissos que transitarão ainda para o ano de 2005.-----

Apesar de tudo, foi possível aprovarmos estas Grandes Opções do Plano e o Orçamento que, retirando os cerca de 19 milhões de Euros de projectos participados, nomeadamente pelo PROQUAL, e os 10 milhões de Euros que continuamos anualmente a exigir como ressarcimento da instalação do Município de Odivelas, ronda, em termos líquidos, face a estas deduções, os 75 milhões de Euros, superior aos valores líquidos de 66 milhões de Euros do ano anterior, pela expectativa de arrecadação de Receitas Extraordinárias.-----

Para além das prioridades já referidas que merecem o nosso acordo, o nosso voto favorável teve em conta que continuam consubstanciadas nestes documentos previsionais para 2005 os seguintes objectivos gerais:

- Melhorar as condições de acessibilidades, circulação e estacionamento;-----
- O sustentável do crescimento urbano, de forma a melhorar a mobilidade dos cidadãos, em particular e a qualidade de vida das populações, em geral;-----
- Proceder à requalificação urbana e ambiental das nossas freguesias, com especial ênfase para a reabilitação dos centros históricos e a conservação e manutenção do nosso património histórico e cultural;-----
- Promover a recuperação e legalização das AUGI's;-----
- Criar condições para que no Município possa promover o surgimento de novas empresas, e a consequente criação de novos empregos e a fixação das pessoas ao território;-----
- Melhorar os níveis de segurança das populações, através do apoio municipal aos Bombeiros e de parcerias com as forças de segurança-----

As dificuldades que nos são uma vez mais criadas pelo Governo reflectem-se neste Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2005 num conjunto de oportunidades perdidas para uma melhoria mais significativa do nosso crescimento e do nosso desenvolvimento, mas representam um esforço da nossa parte, para apesar de tudo, cumprir as orientações do Governo, em matéria orçamental, que mereceram o voto desfavorável unânime dos autarcas representados na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, independentemente das suas orientações político-partidárias.-----

De salientar, por fim, que este ano foi já possível incluir nas Receitas a parte do Município para suportar os custos com os Investimentos previstos no PROQUAL, já que o Tribunal de Contas visou o competente processo de financiamento que lhe foi enviado em finais do ano passado. Este financiamento, já contratualizado, é fundamental para realizar os cerca de 20.000.000,00 Euros de investimentos incluídos nestas Grandes Opções do Plano para 2005.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Declaração de voto apresentada pela bancada da CDU

“Sobre o Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o próximo ano de 2005, uma primeira nota de desagrado por mais uma vez as Juntas de Freguesia terem sido excluídas da definição das opções e prioridades que se reflectem directa ou indirectamente nos seus territórios.-----

Conhece-se o quadro de grandes dificuldades para as autarquias e para a população, exigindo redobrada responsabilidade, competência e rigor.-----

A situação criada pela ausência de apoio financeiro ao processo de instalação do município, por parte dos governos do PS e do PSD/PP, e cujo cumprimento não pode nem deve deixar de ser firmemente exigido.----

A situação profundamente agravada pela política prosseguida pelo governo PSD/PP, de injustíssimas restrições e estrangulamentos financeiros às autarquias, com o incumprimento da Lei das Finanças Locais e a persistente falta de investimento ao nível do Orçamento de Estado /PIDDAC, no nosso concelho.-----

Mas também a difícil situação resultante e fortemente condicionada pelo legado de opções prioridades e práticas repetidamente assumidas, que mereceram a nossa posição crítica, de grande reserva, com efeitos que, hoje, infelizmente, comprovam a justeza dos nossos alertas.-----

Mais uma vez estes não são os instrumentos de gestão que gostaríamos de ter presentes e que Odivelas merece e precisa quer porque reflectem a actual conjuntura desfavorável, quer porque evidenciam a continuação de prioridades e opções que não partilhamos.-----

Tal como põem um conjunto de intervenções estruturantes e fundamentais que continuam adiadas ou a marcar passo, ano após ano, e que marcaram negativamente o balanço e a apreciação global da gestão definida e presidida pelo Partido Socialista neste concelho.-----

É disso exemplo a ausência de uma correcta orientação estratégica em matéria de gestão integrada e sustentada do território, como mais uma vez comprova a pouca ou nenhuma importância que ,à semelhança dos anos anteriores, é dada aos instrumentos de planeamento, como os planos de pormenor, planos de urbanização ou as cartas instrumentais do planeamento dos equipamentos, para os quais não é consagrada qualquer verba, curiosamente continuam, a serem apreciadas e aprovadas casuisticamente as pretensões urbanísticas, com intervenções no território e o betão a crescer desenfreadamente, ao invés da urgente contenção da construção e um maior investimento na recuperação e alindamento dos bairros de génese ilegal, que a coesão territorial e o correcto desenvolvimento qualificado há muito exigem e que dia após dia contribui para hipotecar irremediavelmente o futuro. Tal como acontece no que respeita à mobilidade inter-freguesias, à requalificação dos núcleos antigos e à eliminação das barreiras arquitectónicas, que ficam muito aquém do desejável.-----

A agravar esta situação, a opção política de venda livre dos poucos terrenos municipais existentes no concelho, quando eram fundamentais para o realojamento de mais de meio milhar de famílias, que



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

continuam a viver em barracas, situação tanto mais gravosa quanto se junta ao bloqueio governamental à concretização do PER.-----

A qualificação ambiental e questões ambientais da maior importância, são desprezadas com os nefastos efeitos no desenvolvimento harmoniosos e perigos previsíveis na segurança e saúde das populações que decorrem, por exemplo, da falta de tratamento das linhas de água, da falta de verbas para lavagem e varrição mecânicas das ruas ou para as desinfestações e desratizações ou ainda a inexistência de um Centro de Recolha de Animais. Tal como também não foram atribuídas quaisquer verbas para obras, no âmbito dos espaços verdes.-----

É disso exemplo o conjunto de equipamentos e intervenções estruturantes e fundamentais que marcam passo ano após ano, com destaque para o edifício sede dos serviços municipais, o cemitério municipal, as piscinas municipais da Ramada, o aumento da rede escolar ou a requalificação urbanística e ambiental de Caneças.-----

É disso exemplo a incapacidade demonstrada na atracção e fixação de actividades económicas geradoras de emprego e riqueza, essenciais à fixação das pessoas ao território, não obstante este ter sido um dos seus objectivos enunciados e prometidos nos programas eleitorais.-----

Por outro lado, mantém-se e projecta-se a errada decisão política assumida pelo PS e PSD quanto à empresa municipal Odivelcultur. Apesar do esforço registado e que sublinhamos positivamente, mantém-se um nível de dívidas a terceiros e muito além do razoável.-----

Não esquecemos contudo que a ausência de investimentos no concelho, por parte do Governo, com o incumprimento de contratos programa já assumidos ou a ausência de resposta a candidaturas que os governos ignoram anos a fio, em áreas tão essenciais como a saúde, a segurança, os equipamentos escolares e desportivos ou a limpeza das linhas de água, contribuem de forma particularmente gravosa para a não satisfação de muitas das carências e justas expectativas da população.-----

Carências e expectativas que, no seu conjunto, não são sentidas de igual forma e intensidade dadas as actuais assimetrias e que o grande desequilíbrio na repartição dos investimentos pelas sete freguesias do concelho mais uma vez patenteado neste orçamento em nada contribui para as alterar e que pelo contrário, as aprofunda. Basta comparar as verbas definidas para investimento novo em cada uma das freguesias. Também a alteração da repartição relativa das verbas pelos diferentes serviços municipais espelha idênticas opções políticas.-----

Valorizamos o protocolo de delegação de competências para as juntas de freguesia ou a possibilidade de realização de obras por parte daquelas através de protocolos adicionais (vulgo artigo 27º), que esperamos não venham entretanto a ser suspensas como aconteceu durante o presente ano, situação apenas excepcionada para algumas intervenções feitas pela Junta de Odivelas, por razões e de acordo com critérios que desconhecemos mas seguramente discriminatórios e injustos para a população das restantes seis freguesias.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Registamos igualmente de forma positiva a vertente social da actividade, quer directamente no apoio social escolar, aos idosos, na educação para a saúde ou na criação de melhores condições de habitabilidade das famílias mais carências, quer, como temos vindo repetidamente a defender, no reforço dos apoios aos clubes, colectividades, associações e IPPSS'S, como forma de minorar a degradação social vivida em resultado das políticas de direita.-----

Nestas razões e no balanço global efectuado assenta a nossa posição de abstenção relativamente ao orçamento e às grandes opções do Plano para 2005.-----

É necessário comparar o investimento com verba definida e também com verba indefinida em cada freguesia.-----

É necessário comparar e verificar que é verdade que inclui o Proqual, mas 14 milhões para Odivelas e os tais 7 mil euros para a Ramada, os critérios de facto estão á vista.-----

É evidente, que sabemos que tem o Proqual e salientamos esse aspecto, mas 1 milhão para a Pontinha, ainda bem que a Pontinha desta vez é abrangida com 1 milhão.-----

Mas 7 mil para a Ramada, sendo ainda por cima 2 mil para utensílios, ferramentas de uma coisa que nem sequer vai ser construída, isto de facto é demais.-----

Por outro lado, as nossas posições e o nosso voto têm sempre em conta, em primeiro lugar o que entendemos servir melhor os interesses da população do concelho.-----

Não vendemos o nosso voto.-----

Por fim uma palavra muito especial para todos os trabalhadores, pelo empenhamento, competência e dedicação e o nosso reconhecimento do inestimável contributo do seu esforço, dedicação e criatividade, essenciais ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvidos.-----

Declaração de voto apresentada pela bancada do PSD-----

“A Bancada do PPD/PSD entende que este Orçamento para 2005 aqui apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal deve ser visto e afirmado como o Orçamento do Partido Socialista. E dizêmo-lo, não porque nos queiramos eximir das nossas responsabilidades, que assumimos na integra, mas porque quem definiu as prioridades e as opções estratégicas nele contidas foi precisamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal bem como a força maioritária no executivo, o Partido Socialista.-----

E, porque o PSD, reconhecendo os resultados eleitorais e por isso, reconhecendo que em 2001 foi ao PS que a População de Odivelas deu a responsabilidade de definir essas prioridades, por isso, afirmamos aqui claramente que, num futuro que temos a certeza estar próximo, quando pelos Odivelenses for dada essa responsabilidade ao PSD, obviamente que faremos um Orçamento diferente com outras prioridades que darão seguramente a resposta que os Odivelenses anseiam para o seu Concelho.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

No entanto, como já foi referido assumimos as nossas responsabilidades e, assim o PSD, numa postura de solidariedade Institucional e uma vez que nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2005 foram consagradas verbas que apesar de serem reduzidas satisfazem a pretensão de uma gestão racional das áreas cujas competências foram delegadas nos Vereadores do PSD, **votaremos favoravelmente este Orçamento.**-----

E também, atendendo ao esforço desta Câmara Municipal no incremento de políticas de contenção de despesa e de custos no funcionamento da Câmara municipal de Odivelas, assente também, no princípio de estabilidade e solidariedade institucional que tem pautado a actuação séria e responsável do PSD, quer na Assembleia Municipal quer no executivo Municipal.-----

Não podemos, contudo, deixar de levantar algumas questões relativas aos Documentos ora aqui apresentados.-----

Não compreendemos porque mais uma vez é orçada a receita de **7.500.00 € (Sete milhões e quinhentos mil Euros)** a arrecadar com o Imposto Municipal de Transacções quando no ano transacto, até Novembro só foi efectivamente cobrado **3.828.769 € (Três milhões oitocentos e vinte e oito mil setecentos e sessenta e nove Euros)**. Temos que, assim fica o Sr. Presidente habilitado a dizer que a quebra de receita municipal ficará a dever-se à quebra de receita do IMT quando esta, podia e deveria ter sido prevista de uma forma mais realista, atendendo à realidade do que tem sido a arrecadação desta receita nos anos mais recentes.-----

Uma outra observação que aqui se impõe fazer é relativamente à previsão de receitas extraordinárias. O Partido Socialista sempre criticou, e fê-lo muitas vezes aqui mesmo nesta Assembleia Municipal, a opção dos Governos do PSD de recorrer a receitas extraordinárias, nomeadamente a venda de património imobiliário para fazer face ao déficit. É com toda a compreensão, mas com alguma surpresa que verificamos ser esta uma opção na gestão Municipal, quando o mesmo Partido socialista que criticou essa opção ao nível do país a toma ao nível Municipal. Então aquilo que não serve para o País serve para a Gestão Municipal????-----

Em coerência, constatamos que essa é uma fonte de receita importante na actual situação económica e financeira do país, que permite o aumento da receita, e temos que essa é uma opção tão válida para a gestão municipal como para a gestão do País. Aliás, tem sido importante o contributo do PSD por esta questão se inserir numa das áreas de actuação que estão sob a responsabilidade do PSD – a Divisão do Património.-----

Teríamos, contudo, e mesmo nestas circunstâncias, preferido um orçamento que privilegiasse a opção do investimento, teríamos preferido um orçamento que contemplasse a realização de uma Feira de Actividades Económicas que sistematicamente o Sr. Presidente vem protelando não lhe conferindo a prioridade que entendemos que deveria ter como forma de atracção de novos investimentos e de apoio à actividade económica das nossas empresas.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

No entanto o PSD tem assumido a opção, que vai manter até ao fim, de proporcionar a este Executivo Municipal todas as condições de governabilidade.-----

Assumindo a solidariedade institucional a que nos sentimos vinculados, mas assumindo também claramente as nossas divergências e a natureza diferente das nossas opções político estratégicas para o concelho relativamente ao PS.-----

È o que mais uma vez fazemos!"-----

Declaração de voto apresentada pela bancada do **CDS/PP** -----

"Ex.ma Sra. Pres. da Assembleia Municipal,-----

Ex.mo Sr. Pres. da Câmara Municipal,-----

Exmos. Srs. Vereadores, -----

Exmos. e Colegas Deputados, -----

Público aqui presente, -----

Após a leitura atenta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2005 verifiquei que se persiste numa política de "navegação com terra à vista", isto é, meramente operacional e nada de concreto em termos estratégicos.-----

Nesse sentido apresento aqui 4 áreas onde se denota claramente este facto:-----

- Na área do Urbanismo e Qualidade de Vida, que estão intimamente ligados, percebe-se que a "prisão" monetária aos promotores e construtores tem implicado e, pelos vistos, continuará a implicar, o florescer do cimento, em detrimento de um ordenamento sustentado e equilibrado. Por isso, avizinhamos dias difíceis e que se aparentarão a zonas da área da Grande Lisboa, como sejam infelizmente os casos de Queluz, Massamá, e outros. Não é isto, seguramente, que pretendo para Odivelas.-----
- As Novas Tecnologias continuam a ser um caso esquecido por este Executivo, e consequentemente pelo Sr. Pres. da Câmara de Odivelas. Parece-me que não se quer dar o passo da optimização dos processos internos. Parece que as Novas tecnologias não servem para apoio estratégico e operacional, são apenas um "apêndice". Já aqui dei um exemplo da Câmara Municipal de Barcelos, a qual colocou todo o processo de Urbanismo, desde o seu início até às aprovações finais, com visualização dos despachos, acessíveis na Internet. Está prestes a lançar a visualização integral do PDM também via Internet. Com este exemplo de Barcelos, apresento uma forma simples de começar, não referindo situações irreais, referindo situações concretas, mais uma vez.-----
- Do ponto de vista da criação de condições para Empresas não se percebe o que se quer. Aliás, não se verifica onde e como se pretendem criar condições para a estabilização das empresas no nosso



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Concelho e, conseqüentemente, condições para crescimento de postos de trabalho para os nossos cidadãos. Nesse sentido apelava à clarificação e definição de dois pontos específicos:-----

- o Criação de zona para Parque Industrial;-----
- o Criação de zona para Empresas de Serviços.-----

Mais uma vez, apresento exemplos claros de sucesso, e não demagógicos, de como se podem criar essas condições: o exemplo do Concelho de Oeiras, que hoje é conhecido como um Concelho que dá reais condições de solidificação ao seu agregado empresarial.-----

- Finalmente, o Ambiente. Neste vector, continuamos sem a existência, nem qualquer projecto, de um verdadeiro Jardim Municipal. Uma vez mais o Concelho de Oeiras é digno de exemplo, há que seguir e aprender com quem faz bem. Ainda na componente do ambiente, o aproveitamento das linhas de água continua sistematicamente esquecida. Infelizmente, a proposta de melhorar o aproveitamento das linhas de água em Odivelas, apresentada pelo CDS-PP, foi rejeitada por esta Assembleia Municipal. Infelizmente a política portuguesa é assim.-----

Em conclusão, e passado 3 anos da minha primeira intervenção nesta AM, que foi sobre este tema, continua-se sem perceber qual a Visão e a Missão deste Executivo. Se há 3 anos, questionei o que se pretendia de Odivelas daí a 5 e 10 anos, hoje que estamos quase nesse 1º limite temporal por mim referido, continuamos sem saber em que área se distinguirá Odivelas no futuro, e qual o legado que deixaremos aos nossos filhos.-----

Por estas razões, o CDS-PP votará contra neste ponto.”-----

Declaração de voto da Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, pela bancada da CDU -----

“Começo pelos aspectos positivos: O Protocolo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia, a Ramada teve mais 3 jardineiros. No entanto, muitos são os bairros e Urbanizações recebidas pela Câmara e entregues à Junta.-----

O reaparecimento do art.º 27, a Ramada espera que não lhe seja negado o acesso, novamente.-----

EDUCAÇÃO:-----

Escola Básica e JI dos Apréstimos-----

- Os 600.000,00 € que estavam no Orçamento de 2004 para 2005, desapareceram.-----

- Os 1.550,00 € para 2006 continuam-----

ACÇÃO SOCIAL:-----

Centro de Dia – Além de não terem dado satisfação sobre a utilização das Instalações da Rua Vasco Santana/ Ramada de Baixo, a verba para o Centro de Dia passa de ano para ano, em 2004 para 2005 e em 2005 para 2006.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Centro Comunitário da Ramada – É grave. A dívida desta instituição à SOENVIL continua. O que compromete os espaços exteriores e a inauguração da Igreja em 08/05/05. Peço atenção para esta situação.-----

PISCINA MUNICIPAL DA RAMADA:-----

- No orçamento da Câmara Municipal de 2004 estavam **200.000,00 €** (não definido), no orçamento de 2005 **20.000 €** (Projecto) como não definido e **20.000 €** (Obra) não definido. No entanto, está inscrita uma verba de 2.000 Euros a definido para ferramentas.-----

JARDIM E PARQUE INFANTIL DOS PEDERNAIS:-----

- Elaborado o Projecto em 2001 e apesar de ter vindo a ser proposto pelo vereador responsável a verba em 2005 ficou como não definido.-----

T13 – Foi dito a quem comprou andares e lojas que este acesso era uma realidade. Há muitas reclamações, há investimento, não há rentabilidade. De não definido, em 2004, passa para não definido em 2005, projecto e o resto passa para 2006.-----

- **E repavimentações?**-----

- **Reconversão de zonas para lugares de estacionamento?**-----

- **Requalificação de Espaços Públicos – 5.000 €**-----

- **Pré-escolar nas Escolas do 1.º Ciclo do E. B. parece que não é preciso. Temos necessidade e condições na Escola n.º 2 e na Escola n.º 3.**-----

- **O devido tratamento da Estação Arqueológica da Serra da Amoreira também não é necessário?**-----

- **E instalações dignas para os trabalhadores?**-----

- **E já que estão sempre a falar de Loures, onde está o apoio às AUGIS** – todos os bairros da Ramada que obtiveram Alvará com a Câmara Municipal de Odivelas já vinham praticamente concluídos ou muito avançados de Loures e já agora na maior parte dos casos os técnicos que acompanham os processos aqui são os mesmos que os acompanharam na Câmara Municipal de Loures. Os que tinham problemas continuam a ter e sem Alvará.-----

- **Já chega de enumerar.....**-----

Concluo: 5.000 € a definido para a Ramada para investimento sem contar com os 2.000 € para a Piscina que não vai existir. Sr. Presidente à surrealista...-----

Como representante da População da Ramada não posso deixar de votar contra este orçamento com toda a veemência e convicção. É inaceitável. Não posso deixar de protestar e de pedir que



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

me esclareçam quais os critérios que levaram a estas opções para o Orçamento da Câmara e a inexistência de opções para a Vila da Ramada. Parece que não é só o poder Central a esquecer-se que a Ramada existe e que também contribui para o erário público.-----

Repudio esta atitude!”-----

Pelas 17 horas a Senhora Presidente ausentou-se da sala, sendo substituída pelo 1º Secretário da Mesa, ocupando o lugar deste último, o Deputado Municipal Abílio Santos, da bancada do PS. -----

Neste mesmo período o Senhor Presidente da Câmara Municipal ausentou-se momentaneamente da sala, sendo substituído pelo Senhor Vereador Carlos Lourenço.-----

PONTO 3 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2005-----

Presente para deliberação, o *Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para Contracção de Empréstimos de Curto Prazo para o Ano Económico de 2005*, de acordo com o proposto na Informação n.º 22/DFA/JF/2004, de 18.10.2004, remetido pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovado na 22ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 17.11.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

INFORMAÇÃO:-----

“Tendo em conta o enquadramento legal que define a competência para autorizar a contracção de empréstimos nas Autarquias Locais, cabe referir nos termos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei das Autarquias Locais, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro que no seu art. 53º no n.º 2 alínea d), compete à Assembleia Municipal:-----

“Aprovar ou autorizar a contracção de empréstimos nos termos da Lei”.-----

Ainda, no art.º n.º 7º do mesmo preceito legal:-----

“Os pedidos de autorização para a contracção de empréstimos a apresentar pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.”-----

Também o n.º 6 do art.º 23º da Lei das Finanças Locais estabelece o seguinte:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“A aprovação de empréstimos de curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento para todos os empréstimos que a Câmara venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.” -----

Nos termos do n.º 6 alínea a) do art.º 64º, do mesmo diploma legislativo, é competência da Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos: -----

“Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art.º 53º.” -----

Tendo por referência, o desfasamento cronológico entre as receitas cobradas e as despesas efectuadas ao longo do ano, bem assim como as dificuldades de tesouraria daí decorrentes, pretende-se que a Câmara Municipal delibere apresentar uma proposta de autorização que vise colmatar as dificuldades temporárias de tesouraria referidas. -----

*Estima-se que o Município de Odivelas receberá, conforme proposta de Orçamento de Estado para 2005, €14.443.197,00 (catorze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil cento e noventa e sete euros) provenientes da sua participação no F.B.M., F.G.M. e F.C.M., a que corresponde um acréscimo de 2% em relação ao ano em curso, pressupondo que seja esta, a percentagem de aumento a fixar na Lei de Orçamento de Estado, nos termos da Lei das Finanças Locais. No caso de contracção de empréstimos a curto prazo, **não poderá o seu montante médio anual** exceder 10% das receitas provenientes destes fundos, conforme o estipulado no n.º 1 do art.º 24º da Lei n.º 42/98, de 06 de Agosto, alterado pela Lei n.º 94/2004, de 20 de Agosto (Lei das Finanças Locais). Nesta conformidade o nosso limite de endividamento municipal, no que aos empréstimos de curto prazo diz respeito, não poderá exceder, em média €1.444.319,70 (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e dezanove euros e setenta cêntimos). -----*

Considerando que os meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril são meses de carência ao nível de arrecadação de receitas para os municípios, atendendo a que a transferência da primeira prestação do Imposto Municipal sobre Imóveis, só se efectua em finais do mês de Abril, inícios de Maio e que ao longo do ano económico existem desfasamentos cronológicos entre as receitas e as despesas importando saldar as dívidas vencidas, de acordo com o critério da sua maturidade. -----

É previsível a indispensabilidade da contracção de empréstimos de curto prazo que permitam satisfazer e acautelar as situações enunciadas, empréstimos esses a utilizar de forma ponderada e parcimoniosa. -----

Ponho, em conformidade com o exposto à consideração de V. Ex.a. o seguinte: -----

Que nos termos do art.º 53, n.º 2 alínea d), e n.º 7 e art.º 64º n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 6 do art.º 23º da Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal delibere solicitar uma autorização genérica à Assembleia Municipal para a contracção de empréstimo ou empréstimos de curto prazo até ao montante de € 3.000.000,00 (três milhões de euros).”-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em Exercício para apresentação do ponto supra mencionado.

Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.

PONTO 4 - PROJECTO DE TABELA DE TAXAS E TARIFAS PARA O ANO DE 2005

Presente para deliberação, o Projecto de Tabela de Taxas e Tarifas para o Ano de 2005, de acordo com o proposto na Informação n.º 68/2004, de 28.10.2004, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 04.11.2004, e que seguidamente se transcreve:

INFORMAÇÃO N.º 068/2004:

“Senhor Presidente,

Afigurando-se necessário submeter à consideração da Câmara Municipal as actualizações, em função da taxa de inflação prevista nas Grandes Opções do Plano para 2005 (pág. 30), e pequenos acertos nas taxas de urbanismo, em razão da uniformidade de critérios, submeto à consideração de V.Exa. a Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2005, que junto em anexo.

Após a aprovação pela Câmara Municipal, a Tabela de Taxas e Tarifas deverá ser submetida a consulta pública, pois que incide sobre o quantitativo das taxas municipais de urbanismo (Art. 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99), para recolha de contributos”.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em Exercício para apresentação do ponto supra mencionado.

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto o Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Eu queria saber como é que tinha ficado esta questão do n.º 6 da alínea d) do artigo 22, o factor de redução dos 60%.”



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em Exercício para responder à questão acima colocada, intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“A resposta é muito simples. Mantém-se os mesmos valores que em 2004. Aquilo que posso acrescentar é que na última Reunião de Câmara foi apresentada uma proposta que terá agora que ser submetida a consulta pública, e na altura própria traremos a nova Assembleia Municipal, qualquer alteração relativamente a esta matéria.-----

Portanto, o que está neste momento em apreço, são os mesmos valores que constavam na Tabela de 2004.”-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 5 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS-----

Presente para deliberação, o Projecto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, de acordo com o proposto na Informação n.º 65/VMJ/2004, de 14.10.04, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 20ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 20.10.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

INFORMAÇÃO: -----

“Senhor Presidente, -----

Na sequência da recepção da Circ. 56/2004 da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos do qual foi apresentado um projecto de regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais, que se junta em anexo, é oportuno, nesta ocasião em que se deveria iniciar os trabalhos de actualização e eventual alteração da Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2005, levar ao conhecimento da Câmara Municipal uma minuta de Projecto, para apreciação e eventual aprovação. -----

Ao projecto de regulamento introduziram-se algumas alterações, reflexo de eventuais especificidades do nosso Município, modificações estas que se pretendem levar à apreciação crítica de cada titular dos diversos Pelouros Municipais e, bem assim, de todos os serviços municipais, dos Senhores Presidentes das



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Juntas de Freguesia e da Comissão do Poder Local da Assembleia Municipal, num esforço conjunto de o Município de Odivelas se dotar de instrumentos regulamentares perfectivos, eficazes e actualizados. -----

A actualização automática da Tabela de Taxas e Tarifas é porventura a medida de maior alcance prático que o referido regulamento poderá proporcionar, pois que referida ao último valor percentual de variação do índice de preços no consumidor nos últimos 12 meses indicado pelo Instituto Nacional de Estatística, de que junta em anexo um «print» do passado dia 12 de Outubro, a par de uma maior segurança da liquidação e cobrança das taxas e outras receitas municipais, do melhor esclarecimento quanto à natureza das licenças, formas de extinção, contagem de prazos, incumprimentos e contra-ordenações. -----

Acresce que a aprovação do referido regulamento suprirá uma lacuna existente na definição e unificação dos critérios jurídicos das operações de liquidação e cobrança, promovendo a tutela da confiança e da segurança do tráfego jurídico. -----

Caso a Câmara Municipal delibere aprovar o Projecto de Regulamento, este será submetido a apreciação pública pelo prazo de 30 dias, prazo este que poderá ser utilizado para a apreciação crítica dos serviços municipais e recolha de contributos, após o que o Projecto de Regulamento estará em condições de a Câmara Municipal o aprovar e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Refere-se, por último, que se retiraram da Tabela de Taxas e Tarifas as normas de isenção, tendo-se deixado inalteradas todas as outras normas, conforme é ilustrado na cópia que se junta em anexo, esclarecendo que a sua actualização para o ano de 2005 se fará de acordo com os critérios que, a final, vierem a ser aprovados. -----

Nestes termos, submeto à consideração de V.Ex.a a eventual proposta à Câmara Municipal do seguinte: ----

- 1. Aprovação do Projecto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais; -----*
- 2. Aprovação da submissão do Projecto de Regulamento de Liquidação e Cobranças de Taxas e outras Receitas Municipais a apreciação pública pelo prazo de 30 dias; -----*
- 3. Aprovação da remessa da minuta da acta, com os respectivos documentos, aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e à Comissão do Poder Local da Assembleia Municipal, para recolha de contributos e sugestões de melhoramento; -----*
- 4. Aprovação da remessa da minuta da acta, com os respectivos documentos, a todos os serviços municipais, com o objectivo de recolha de sugestões e especificidades que sejam necessárias considerar.”-----*

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em Exercício para apresentação do ponto supra mencionado.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Deputados Municipais:-----

João Lourenço Carvalho, pela bancada do **PSD**, que realizou a seguinte intervenção:-----

“A Comissão do Poder Local reuniu na sexta-feira propositadamente para, antes da Reunião de Câmara que houve logo a seguir, dar o seu contributo para este Regulamento, ou para este Projecto de Regulamento. Foi feito um conjunto de observações... penso que a Câmara não deve ter tido tempo de as poder ver, analisar e integrá-las ou não, no Projecto de Regulamento. Enfim, as questões podem ser vistas noutra altura.-----

Portanto, Senhor Presidente, eu agradecia que fosse comunicado que a Câmara, em qualquer altura pode ver essas recomendações feitas pela Comissão do Poder Local. Enfim, um diploma nunca é um produto acabado, pode ser sempre alterado e melhorado. Mas, chamo particularmente a atenção para aquilo que está contido no artigo 15º, na questão da ocupação do domínio público municipal, em que na taxação da utilização de infra-estruturas ou rede de infra-estruturas, e este é que é o problema que principalmente nos preocupou, pode haver aqui um problema de dupla tributação. Porque nós aqui há tempos, analisámos aqui na Assembleia Municipal aquele diploma sobre as taxas de direitos de passagem, e que vai taxar a passagem de tráfego e de energia por infra-estruturas de alguns operadores. E aqui no n.º 5 do art.º 15, ao dizer-se que sempre que uma entidade utilize uma infra-estrutura ou rede de infra-estrutura, não estando aqui devidamente esclarecido o que é que diz respeito esta utilização... por exemplo um operador de telecomunicações utilizar a infra-estrutura é: ir à Câmara de visita, abri-la, entrar lá dentro, trabalhar lá dentro ou é o próprio tráfego que passa pela infra-estrutura ou pela rede que também é taxado. Não havendo aqui um esclarecimento, poderá... eu não digo que haja, mas poderá haver aqui, se esta utilização da infra-estrutura tiver a ver com o tráfego ou com a energia que percorre essa rede, poderá haver aqui um problema de dupla tributação, que é ilegal, sobre a mesma realidade.-----

A recomendação que nós fazíamos é que, na primeira oportunidade, fosse bem vista esta redacção e, se for caso disso, que a Câmara ponha uma nova redacção para este documento. Muito Obrigado !-----

Francisco Pereira, pela bancada da **CDU**, realizando uma intervenção que será convertida em declaração de voto;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**, realizou uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*“O Senhor Deputado João Carvalho já levantou as questões que eu pretendia levantar. No entanto, há aqui uma questão de metodologia de trabalho que eu gostaria de dizer à Assembleia e, portanto, pelo menos deixar aqui uma mensagem à Câmara, que de futuro talvez fosse evitável este tipo de situações.-----
De facto, a Comissão do Poder Local foi confrontada com a necessidade de analisar este Regulamento, em cima da data em que se ia realizar a Reunião de Câmara e a Assembleia Municipal. Fez um conjunto de recomendações que de acordo com a sua análise, entendeu que eram recomendações correctas.-----
Nós também entendíamos que nesta fase, e já que vamos aprovar este Regulamento, e a bancada do Partido Socialista vai votar a favor naturalmente, até porque o Regulamento não é, até como se disse, uma coisa acabada... portanto, tem sempre possibilidades de ser alterada e a qualquer momento poderá ser alterada. Mas, talvez valia a pena aqui à Câmara pensar que no futuro deveria dizer à Comissão do Poder Local que, não havendo tempo para analisar aquelas recomendações ou eventualmente se elas não tivessem que ser consideradas, portanto, pelo menos dar essa resposta à Comissão do Poder Local, para nós sabermos porque razão é que não foram consideradas. Era apenas isto.-----*

Abílio Santos, pela bancada do **PS**, que realizou a seguinte intervenção:-----

“Eu queria, antes de mais, corroborar com as duas últimas intervenções que foram feitas, do Senhor Deputado João Carvalho e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Peixoto. Acho que é importante que a Comissão do Poder analise este tipo de regulamentos e todos os regulamentos que sejam apresentados. Enfim, no âmbito das áreas das várias Comissões, considero importante que eles possam descer a essas Comissões para haver uma maior participação dos Deputados Municipais e para que os regulamentos, que são instrumentos importantes para o Município, possam ter a conjugação do maior número de opiniões de todos nós.-----

Quero pois apenas referir que, formalmente o Regulamento tem uma boa apresentação, obviamente sem prejuízo de uma melhor e mais cuidada análise que decape qualquer dúvida ao nível da sua aplicação. Este Regulamento, para concluir, é um instrumento jurídico que irá melhorar e agilizar a cobrança de receitas municipais, não só por se destinar em primeira linha aos serviços municipais, como torna também mais clara quer a liquidação como a cobrança de taxas, o que constitui um benefício para o cidadão. Daí a importância de que este Regulamento seja um instrumento, embora dinâmico, mas o mais correcto possível, tanto do ponto de vista formal, como do ponto de vista do seu conteúdo, como do ponto de vista técnico-jurídico.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Pelas 17h10m registou-se a entrada do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara em Exercício para responder às questões levantadas pelos Deputados Municipais, as quais seguidamente se transcrevem:-----

“Antes de mais, queria dar plenas garantias de que todas as dúvidas que foram suscitadas pela Comissão do Poder Local... se receberam a versão que na Quarta-feira foi aprovada em definitivo por unanimidade na Câmara Municipal, contempla o esclarecimento de todas as dúvidas colocadas por esta Comissão, nomeadamente o problema do caso das infra-estruturas instaladas no sub-solo, no solo e no espaço aéreo, que no âmbito das infra-estruturas não haverá lugar ao pagamento de taxas que não sejam as resultantes da realização de obras. Que no segundo ano e seguinte é liquidada e cobrada a taxa estabelecida na tabela respectiva.-----

Depois também dizer que no ponto 6, foi salvaguardado, sem prejuízo de regimes excessivos de contribuição, mormente a TMDP... portanto, também está aqui contemplada esta preocupação. Todas elas, excepto o problema da cobrança coerciva, porque essa como decorre automaticamente da lei tributária, a sua aplicação é imediata e automática por parte da entidade que no Município promove a cobrança coerciva. E, portanto, essa não carecia de estar aqui porque faz parte das normas gerais da Lei Tributária, e essa não valia a pena porque não acrescentava mais ao Regulamento, e decorre automaticamente da Lei e está a ser seguida pelo Departamento que no Município trata deste assunto.-----
Todas as alterações constantes das páginas 2 e 3 do parecer da Comissão, estão todas incluídas na versão final, discutida e aprovada na quarta-feira, por unanimidade pela Câmara Municipal. Essa garantia, eu posso transmiti-la a todos os senhores deputados municipais.”-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade.**-----

Foi apresentada uma declaração de voto pela bancada da **CDU**, que seguidamente se transcreve:-----

“É só para dizer que nós estamos de acordo e vamos votar favoravelmente este Regulamento.-----
Pensamos que pode sempre a cada momento ser melhorado.-----

As reservas que tivemos, quando a CDU conheceu a primeira versão, que foi quando estava em discussão para a Câmara, neste momento e dado que foi contemplado a inclusão dos Bombeiros nas isenções e



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

reduções das taxas e como foi retirado actualização automática das taxas, que estava previsto inicialmente, nós estamos agora de acordo e sem reservas.-----

No entanto, consideramos que pode sempre ser actualizado e melhorado todo o momento.”-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, não se registando nenhuma inscrição.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas **dezassete horas e vinte minutos**, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo substituto do 1º Secretário, pelo 2.º Secretário e pela Senhora Presidente.-----

Com base na supra referida Minuta, foi lavrada a presente Acta que, aprovada pela Assembleia Municipal, vai ser assinada pelo 1.º Secretário acima mencionado, pelo substituto do 1º Secretário, Abílio Santos, pelo 2.º Secretário, Alcina Trindade e pela Sra. Presidente, Susana de Fátima Carvalho Amador.-----

A Senhora Presidente:-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----

Substituto do 1º Secretário:-----
